

MAURO MALLMANN ARENHARDT

**CULTURA E IDENTIDADE: OS DESAFIOS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ASSENTAMENTO
AROEIRA, CHAPADÃO DO SUL, MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO -
CAMPO GRANDE –MS
2006**

MAURO MALLMANN ARENHARDT

**CULTURA E IDENTIDADE: OS DESAFIOS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ASSENTAMENTO
AROEIRA, CHAPADÃO DO SUL, MS**

*Dissertação apresentada como exigência para
obtenção do Título de Mestre em
Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, à
Banca Examinadora, sob orientação da Prof^a.
Dr^a. Maria Augusta de Castilho.*

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO -
CAMPO GRANDE –MS
2006**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no Assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.

Linha de Pesquisa: Cultura e identidades locais.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof. Dr^a. Maria Augusta De Castilho -UCDB

Prof. Dr. Antonio Jacó Brand - UCDB

Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa – UCDB

Prof^a.Dr^a. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick -USP

*Dedico este trabalho a meus pais,
Marcos e Dália Judith, pelo
exemplo de esforço e trabalho.
A minha esposa, Josi, pelo amor,
carinho e compreensão durante
esses anos todos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu alcançar mais esse objetivo, dando-me a força da perseverança e principalmente o dom da paciência e a luz da sabedoria.

Agradeço aos meus pais, que na sua simplicidade de pequenos agricultores me ensinaram a ser perseverante na busca dos objetivos propostos na vida.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que me oportunizaram e me incentivaram nos momentos de desânimo a seguir em frente nesta caminhada.

Ao professor Doutor Aparecido Francisco dos Reis, pelas suas preciosas intervenções e atenção prestada no decorrer deste trabalho que não mediu esforços nem sacrifício no sentido de mostrar-me o caminho para a conclusão dos meus objetivos.

A orientadora professora Doutora Maria Augusta de Castilho, pela atenção e as contribuições prestadas para a conclusão deste trabalho.

A minha companheira, Josi, que soube me compreender nos momentos de ausência em todos esses anos de estudos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Assentamento Aroeira.....	53
Figura 2: Anísio Mariano e Esposa.....	54
Figura 3: Sede da Fazenda, no Assentamento Aroeira , no município de Chapadão do Sul, já reformada.	55
Figura 4: Ibani e Oliete, um dos pioneiros que integraram o grupo das 12 famílias.	56
Figura 5: Ibani e Oliete, em frete a casa, no Assentamento Aroeira.	56
Figura 6: Corredor, local onde as famílias ficaram acampadas	56
Figura 7: Resto de barracos de lona, local de início do acampamento.....	57
Figura 8: Barraco de lona, moradia de um dos acampados preservada até hoje.	57
Figura 9: Sebastião Garcia da Silva em sua casa.	58
Figura 10: Sebastião e vizinhos em frente a sua moradia.	58
Figura 11: Estrada municipal que dá acesso ao Assentamento Aroeira.	59
Figura 12: Estrada Estadual que dá acesso ao Assentamento Aroeira.	59
Figura 13: Placa no caminho mostrando a localização do Assentamento Aroeira.	59
Figura 14: Mata burro, utilizado para fazer a divisão de pasto e impedir a passagem de animais.	60
Figura 15: Ponte sobre o rio Indaiá.	60
Figura 16: Mapa de ordenamento do Assentamento Aroeira.	61
Figura 17: Início da reserva legal permanente do Assentamento Aroeira.	62
Figura 18: Caminho de acesso pelo lado esquerdo da reserva legal permanente.	62
Figura 19: Modelo padrão da casa construída para todas as famílias.	62
Figura 20: Casa com ampliação feita, com uma área.	63
Figura 21: Plantação de mamão num dos sítios..	63
Figura 22: Plantação de abacaxi entre o meio delas pés de mangueira.	63
Figura 23: José Neto junto a sua plantação de mandioca.	64
Figura 24: Plantação de cana-de-açúcar.	64
Figura 25: Capim napiê.....	64

Figura 26: Capim indaiá.....	64
Figura 27: Biu em seu pequeno viveiro de mudas.....	65
Figura 28: Criação de porcos.....	65
Figura 29: Toras de Aroeira.....	66
Figura 30: Galpão feito com madeira de Aroeira.....	66
Figura 31: Cerca de divisa.....	66
Figura 32: Forno para fazer carvão.....	66
Figura 33: Rio Indaiá, com a mata ciliar, no município de Chapadão do Sul, MS.....	67
Figura 34: Rompimento da estrada vicinal dentro do assentamento.....	68
Figura 35: Estrada vicinal reconstruída.....	68
Figura 36: Rompimento da tubulação com a força da água.....	68
Figura 37: Estrada cheia de buraco causada pelas chuvas de verão.....	68
Figura 38: Local onde é reservado o leite dos produtores.....	69
Figura 39: Carro usado para recolher o leite na casa dos produtores.....	69
Figura 40: Terra recuperada com pastagem.....	70
Figura 41: Gado leiteiro dos assentados e galinhas de angola.....	71
Figura 42: Salão comunitário.....	72
Figura 43: Interior do salão, comunidade reunida com o prefeito municipal e secretários. Ao fundo lousa usada para as aulas do Mova.....	72
Figura 44: Escola Lagoinha, local em que os alunos estudam atualmente.....	72
Figura 45: Construção da escola municipal no Assentamento Aroeira.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de pessoas por família.....	74
Gráfico 2: Total de famílias que moram no Assentamento Aroeira, no município de Chapadão do Sul, MS.....	76
Gráfico 3: O total de pessoas que gostam de morar no Assentamento Aroeira, no município de Chapadão do Sul, MS.....	77
Gráfico 4: Grau de confiança entre as pessoas do Assentamento Aroeira.....	78
Gráfico 5: Local de origem das pessoas do Assentamento Aroeira.....	87
Gráfico 6: Lugar em que os moradores trabalhavam antes de vir para o Aroeira.....	88
Gráfico 7: Nível de estudo dos moradores do Assentamento Aroeira.....	89
Gráfico 8: Comparativo sobre a formação dos homens e das mulheres.....	89
Gráfico 9: Total de anos que os moradores viveram em acampamentos.....	92

RESUMO

A pesquisa procurou mostrar a realidade do Assentamento Aroeira no município de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da cultura e identidade, como desafios para o desenvolvimento local. O objetivo é verificar se a cultura e a identidade interferem nos relacionamentos comunitários e interpessoais.

O estudo foi iniciado com a análise da realidade dos assentados, a partir das concepções culturais e os relacionamentos que são estabelecidos com os vizinhos e demais moradores do Assentamento. Levou-se em consideração a participação comunitária, a cooperação, a solidariedade e a confiança via coleta de informações junto aos moradores por meio de entrevistas, formulários e questionários. Detectou-se a dificuldade dos assentados de manterem relacionamentos confiáveis entre si. Esta é uma das causas, atribuída a diversidade cultural de que é formado o Assentamento Aroeira, como também, a inexperiências das pessoas em viver em comunidade. Tais dificuldades se tornaram visíveis na organização comunitária e nos relacionamentos entre si, refletindo na falta de confiança, solidariedade, cooperação e identidade cultural local.

Conclui-se que os assentados buscam uma melhora na qualidade de vida, mas, precisam ser incentivados por ações capazes que possam promover relacionamentos mais confiáveis, uma vez que, o modelo proposto não possibilita uma boa organização comunitária que é imprescindível para o desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, Confiança, Comunidade.

ABSTRACT

The research looked for to show the reality of the Aroeira Nesting in the city of Chapadão of the South, State of Mato Grosso of the South, by means of the culture and identity, as challenges for the local development. The objective is to verify if the culture and the identity intervene with the communitarian and interpersonal relationships.

The study it was initiated with the analysis of the reality of the seated ones, from the cultural conceptions and the relationships that are established with the excessively living neighbors and of the Nesting. The communitarian participation, the cooperation was taken in consideration, solidarity and the confidence saw collection of information together to the inhabitants by means of interviews, forms and questionnaires. It was detected difficulty of the seated ones to keep trustworthy relationships between itself. This is one of the causes, attributed the cultural diversity of that the Aroeira Nesting is formed, as also, the inesperienza of the people in living in community. Such difficulties if had become visible in the communitarian organization and the relationships between itself, reflecting in the reliable lack, solidarity, cooperation and local cultural identity.

One concludes that the seated ones search an improvement in the quality of life, but, they need to be stimulated by capable actions that can promote relationships more trustworthy, a time that, the considered model does not make possible a good communitarian organization that is essential for the local development.

KEYS WORDS: Local Development, Culture, Identity, Confidence, Community

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	18
1.2 O LUGAR.....	24
1.3 O ESPAÇO.....	28
1.4 O TERRITÓRIO.....	31
1.5 A TERRITORIALIDADE.....	33
1.6 CAPITAL SOCIAL.....	36
1.7 A COMUNIDADE.....	41
1.8 CULTURA.....	46
2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ASSENTAMENTO AROEIRA.....	53
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
APÊNDICE A.....	103

INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária é a que leva em consideração a sustentabilidade econômica, política, social e ambiental das pessoas que vivem em comunidade. A importância do desenvolvimento local é entender esse processo de construção como forma de dinamizar os mecanismos de produção, diante de um mundo globalizado em que ocorre a integração das economias das empresas e dos seres humanos.

O desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, ao envolver o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade.

A conquista de um pedaço de terra pelas famílias é o início do processo de luta contra a pobreza e da sua própria sustentabilidade econômica, que os remete a novos desafios de vida e de organização social.

A questão norteadora da pesquisa está pautada nas dificuldades de relacionamentos entre a comunidade do Assentamento Aroeira.

Com o propósito de compreender as dificuldades de organização dos moradores do Assentamento Aroeira, propõe-se estudar a cultura e a identidade das pessoas que formam o agrupamento comunitário, destacando-se os relacionamentos sociais e a organização geofísica, comunitária e sócio-culturais das pessoas em torno de objetivos comuns.

O objeto dessa pesquisa está ligado a realidade rural que envolve o um agrupamento de pessoas que formam o Assentamento Aroeira. Utilizou-se o método científico para obter uma

compreensão mais profunda dos fenômenos sociais a serem estudados. É por meio desse método que se quer adquirir novos conhecimentos acerca da realidade social do Assentamento Aroeira.

A pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva de que a sociedade é vista como uma “estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais de outro, com um sistema de instruções correlacionadas entre agindo e reagindo uma em relação às outras” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 95).

Na presente proposta de estudo, se utiliza do método qualitativo no intuito de entender os fenômenos sociais que caracterizam a organização social e comunitária dos moradores do Assentamento Aroeira, município de Chapadão do Sul, voltado para a ação subjetiva e objetiva das pessoas no viver e entender o cotidiano que se reflete num agir e proceder em sociedade. Para tanto, foi utilizado o método de investigação: a observação, entrevistas e formulários.

O olhar voltou-se, ainda, para a ação subjetiva das pessoas que ali se encontram, observando o seu cotidiano composto de atributos espirituais, materiais, intelectuais; como também o modo de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças que determinam o seu agir e comportamento.

Para registrar esses fenômenos e fatos utilizou-se fontes primárias, como documentos impressos, mapa de localização, registros de materiais diversos e da pesquisa de campo por meio da observação, entrevistas e formulários.

O levantamento desses dados foi obtido através de informações de pessoas que acompanharam todo o processo do Assentamento Aroeira, isto é, deste o seu início que ocorreu de forma provisória à beira da estrada a partir do ano de 1999, chamado pelas pessoas de corredor, e que está a aproximadamente 10 km da entrada da fazenda, que ali permaneceram até a deliberação definitiva para a ocupação dos lotes, acontecida em 13 de julho de 2001.

A assistência prestada aos habitantes no início do processo do Assentamento por parte do Idaterra foi de fundamental importância, uma vez que obteve-se informações importantes sobre o início da organização dos moradores, assim como, mapas e dados referentes ao mesmo.

Em fevereiro de 2005, foi realizada a primeira visita, in loco, em decorrência de uma vistoria das estradas por parte da Secretaria de Obras do Município de Chapadão do Sul, na pessoa do Sr. Levi, que oportunizou a conhecer a realidade e fazer a apresentação do trabalho a alguns moradores. Já no início da primeira visita, os moradores apresentaram as principais dificuldades, entre elas o acesso das pessoas do Assentamento principalmente no período das chuvas à cidade de Chapadão do Sul, que se encontra a uma distância de 112 km em relação ao Assentamento.

Através de conversas com o Secretário de Desenvolvimento do Município de Chapadão do Sul, expôs-se a proposta de pesquisa, porém o mesmo não ficou muito interessado e com o órgão do Idaterra é que foi possível estabelecer uma relação de apoio por meio da explanação da real situação das famílias assentadas no Aroeira. Esse órgão disponibilizou um mapa local de divisão das terras e das estradas.

A coleta de dados em campo realizou-se entre os dias 29 e 31 de agosto e no dia 01 de setembro, com o acompanhamento dos membros do Idaterra, que foram até o Assentamento para visitas técnicas. Foi nesse período em que foram realizadas as visitas a 54 famílias do total de 60, e durante a visita aplicou-se um formulário de perguntas de uma página.

A pesquisa de campo permitiu fazer o levantamento de dados empiricamente, através de conversas informais e observação direta. De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p.85) a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevante para realizar a análise”. Dessa maneira, a descrição das características sócio-culturais da comunidade do Assentamento Aroeira se deu por meio da pesquisa de campo. Essa etapa teve como finalidade a coleta de dados referentes à concepção de mundo e de acordo com a forma de adaptação do meio em que vive.

A observação teve por finalidade, registrar os fatos e os fenômenos da forma como são percebidos ou acontecem. Na concepção de Marconi e Lakatos (2005, p.192 e 193).

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir [...]

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Sendo a observação uma técnica de captar os sentidos e as manifestações sociais da realidade que pode se apresentar de forma encoberta na ação das pessoas, ou de auxiliar a identificação de fatos que a própria comunidade ainda não percebeu. Trata-se de uma das formas mais adequadas para compreender melhor os acontecimentos do cotidiano e as ocasionais demonstrações culturais, religiosas, políticas e sociais. De acordo com Eunice Durhan (1997, p. 103) “observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar”.

A primeira visita de reconhecimento do local ocorreu em fevereiro de 2005, data em que foi possível ter uma conversa rápida com alguns moradores, além de colher as primeiras impressões sobre o local. Nesse momento foram informados das visitas posteriores e do trabalho que iria ser realizado junto a eles e fazer alguns estudos exploratórios sobre a conduta e manifestações das pessoas na vida social.

A segunda visita foi marcada com os assistentes técnicos do Idaterra, Aurinei e Braquiária, que aconteceu nos dias 29, 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2005. Nesta segunda visita, realizou-se um trabalho de visita às famílias assentadas que, do total de 59 famílias, 54 foram visitadas. Durante a visita foi possível informá-las sobre o objetivo da pesquisa e da visita.

A terceira visita ocorreu no dia 11 de março de 2006, junto com as autoridades municipais. O objetivo dessa visita foi observar a organização da comunidade por meio da cooperação, ajuda mútua e solidariedade.

A técnica utilizada para a coleta de dados durante as visitas foi a conversa informal e a entrevista com preenchimento de formulário.

A entrevista é uma técnica e procedimento muito usual no trabalho de campo e recomendado para as pesquisas sociais. De acordo com Gil (1999, p.117), a entrevista é definida como “bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

É nas entrevistas que o pesquisador busca as informações contidas na fala dos entrevistados. É na fala e na conversa face a face com o entrevistado e entrevistando, que a conversa ganha significado, em que ambos podem vivenciar a realidade que está focalizada durante o procedimento da entrevista.

Foi durante as entrevistas que se tornou possível fazer a observação referente as manifestações sociais, culturais, religiosas e políticas das pessoas. As entrevistas possibilitaram um conhecimento maior da realidade das famílias que moram no assentamento Aroeira.

De acordo com Demo (2000, p.102) “uma entrevista, enquanto está sendo realizada, é uma forma de comunicação entre duas pessoas que estão procurando entendimento. Ambos aprendem, se aborrecem, se divertem e o discurso é modulado por tudo isto”. O uso do procedimento disponibilizou dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e sobre o comportamento das pessoas por meio da tonalidade de voz, ênfase nas respostas ou na expressão corporal. Essas entrevistas ocorreram durante a quarta visita no dia, 15 de maio de 2006.

A entrevista não foi apenas uma coleta de material, mas um momento de compartilhamento das informações, por meio de descobertas importantes para se conhecer a realidade, mas que se combina “com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que estão elaboradas em novas entrevistas” (DURHAN, 1997, p. 101). O entrevistador passa a ser o mediador entre a análise e a reprodução da informação, tornando-se um elo

necessário para descobrir os modos de pensar, sentir e agir dos membros de uma dada comunidade, para formular os resultados de forma convincente.

Esta etapa teve como finalidade a obtenção de informações sobre a organização social dos moradores, sob a ótica de quem é presidente da comunidade, isto é, que está diretamente envolvido com os problemas e a realidade da comunidade e entrevista com vizinhos que acompanharam o início do Assentamento Aroeira até o momento atual.

O formulário constitui-se de 1 página com um total de dez perguntas (Apêndice A) referente à identificação da família, quanto ao tempo que mora no assentamento, relações sociais e participação comunitária. A metodologia previa o preenchimento de um formulário para cada família e a visita em cada uma delas. Mas devido ao tempo à ausência de algumas famílias e à dificuldade para um possível retorno, foram visitadas um total de 54 famílias. Durante as visitas, além do preenchimento do formulário foi possível, ter uma conversa informal em relação à situação particular de cada uma, isto é, sobre as suas principais dificuldades, conquistas, expectativas de futuro e relacionamento comunitário.

De acordo com Gil (1999), o formulário é uma técnica de investigação muito usada para a coleta de dados na pesquisa de campo, pois permite o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciais etc. “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 214). Permite ainda um contato muito próximo entre o pesquisador e o informante no momento em que são preenchidas as perguntas e durante o momento da entrevista. Por meio dessa relação, é possível obter dados mais complexos e úteis sobre a vida das pessoas.

O trabalho está estruturado em três itens, assim disposto: 1) aborda os conceitos teóricos referentes ao desenvolvimento local, lugar, espaço, território, territorialidade, capital social, cultura e comunidade; 2) está relacionado à caracterização física e espacial do local, isto é, o viver e o relacionar-se no cotidiano das pessoas; 3) pretende com base nas informações traçar um perfil cultural dos moradores por meio da interpretação e análise, estabelecendo parâmetros

para que as pessoas possam ter a possibilidade de melhorar a sua finalidade de vida, a partir de um desenvolvimento local e de suas potencialidades.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local parte da perspectiva da valorização humana como sujeito de seu próprio desenvolvimento. A práxis do desenvolvimento pode ser entendida como que o exercício para uma ação mais efetiva, que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face-a-face (comunidade) como ser social que pertence a uma classe ou grupo social, espaço em que pode exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar a sua realidade.

Diante da atual realidade latino-americana, incluindo-se aí a brasileira, vivemos, cada vez mais a consciência do estado de miséria e fome em que milhões de pessoas se encontram. O pobre se apresenta como a face excluída da sociedade e expõe-se a sobreviver de maneira forçada das migalhas que sobram. Sujeito a uma realidade opressora e excludente em que estão, torna-se obrigado a viver num espaço denominado como periferia, favela e marginalidade. O pobre, o excluído e faminto se revela como outro de uma sociedade excludente, como corporalidade, ser histórico social inserido num mundo.

De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) existem, hoje, na América Latina, em torno de 220 milhões de pessoas que vivem em estado de pobreza dos quais 57 milhões são indigentes, isto é, vivem em pobreza extrema. Sendo que um total de 44% da população da América Latina que vive em situação de pobreza, e desse total 19,4% se encontra em situação de indigência ou melhor em pobreza extrema. Segundo dados da pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 1999 havia, no Brasil, 14,5% da população brasileira vivendo com renda familiar inferior à linha de indigência e 34,1%, com renda inferior à linha da pobreza. Isso corresponde a 22 e 53 milhões de pessoas respectivamente.

Uma das características do Desenvolvimento Local proposta por diversos autores leva a entender que se trata de um processo dinamizador da sociedade para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar. O desenvolvimento local é um processo de transformação social, cultural, econômico e político em que os maiores beneficiários serão os indivíduos de uma sociedade. Com efeito:

é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (PEREIRA, apud ÁVILA, 2001, p.20).

O desenvolvimento pode ser entendido, ainda, como um processo de mudança, de transformação e, ao envolver o ser humano, representa uma melhora na qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte desse processo.

Segundo Claxton (1994), o desenvolvimento só pode prosperar quando está fundamentado na cultura e nas tradições de um povo ou coletividade, porque é um processo vinculado aos valores de cada sociedade e que exige ao mesmo tempo uma participação ativa das pessoas e indivíduos que são os autores e os beneficiários do mesmo. De acordo com Kliskberg (2001, p.140), “a cultura pode ser um instrumento formidável de progresso econômico e social”.

Pode-se afirmar ainda que a cultura é outro aspecto importante no desenvolvimento local, pois implica olhar os grupos sociais e as comunidades como um conjunto de valores, tradições, hábitos e costumes que os caracterizam ou os identificam como sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento. Tudo o que o ser humano realiza está relacionado a uma necessidade cultural. Para tanto, os elementos culturais de uma sociedade ou comunidade não podem ser manipulados de forma arbitrária, pois já fazem parte de sistemas pré-definidos por cada cultura.

De acordo com Marques e Martin (2001, p.58), o desenvolvimento local necessita levar em consideração “a identidade cultural nas estratégias de desenvolvimento local,

deslocando o eixo do econômico para o bem estar e satisfação das necessidades humanas e por conseguinte melhoria da qualidade de vida, a partir do protagonismo dos agentes locais”.

Conforme algumas das principais correntes do Desenvolvimento Local, portanto o aspecto dinamizador desse processo consiste na produção e compartilhamento de seus recursos que permaneciam pouco utilizados ou ainda inexplorados na comunidade local para melhorar a qualidade de vida de seus membros. Esse processo de dinamização da realidade pode ser caracterizado como uma espécie de auto-revelação e um desabrochar das potencialidades de seus membros integrantes que formam a comunidade, por meio do desenvolvimento das capacidades locais de dentro para fora, impulsionada ou combinada a partir de elementos ou fatores externos a sua realidade, de forma exógena.

De acordo com Martins (1998, p. 5),

a idéia de Desenvolvimento Local é entendida como um processo de tomada de consciência da população e de mobilização social, que propõe promover, através de ações concretas, soluções aos problemas e necessidades enfrentadas pelos habitantes de determinada localidade. Para isso, enfatizar-se a efetiva participação das comunidades nas decisões sobre as ações a serem promovidas na sua região.

Nesse contexto, podemos entender que o desenvolvimento local significa que a comunidade ou uma localidade precisa tomar consciência e se mobilizar socialmente por meio da participação ativa e ações concretas para solucionar seus problemas e necessidades locais. Conseqüentemente, o desenvolvimento local (ÁVILA, 2001) pode ser entendido como geração e/ou fortalecimento das capacidades, competências e habilidades de uma coletividade de interesses comuns e identidades em um mesmo território, envolvendo, através de processos de solidariedade, agentes internos e externos, para agenciar, gerenciar e usufruir as potencialidades locais, visando solucionar seus problemas, suprir suas necessidades e alcançar suas aspirações.

Sendo o desenvolvimento local um processo de transformação, social, cultural, econômica e política, passa a adquirir dimensões muito maiores do que imaginamos, que se apresentam de forma complexa e dinâmica dentro de uma realidade local e global. Mas não podemos esquecer de que no centro dessas discussões, reflexões e debates deve estar o ser

humano, como artífice e beneficiário de todo esse processo. É importante ressaltar que o ser humano passar a ser o agente principal do desenvolvimento através da sua participação direta e ativa. Esse desenvolvimento ocorrerá efetivamente a partir do momento que se tornar consciente da importância como sujeito da sua própria história e da capacidade de poder influenciar o seu entorno ao desvelar as suas capacidades, competências e habilidades de se organizar a partir das suas limitações geofísicas. O desenvolvimento local implica também um desenvolvimento comunitário, sendo

definido como uma estratégia global para a revitalização socioeconômico de uma comunidade marginalizada em que, através da valorização dos recursos locais e da utilização de novas solidariedades, organização e instituições controladas democraticamente por seus representantes são criadas facilitando a representação da comunidade em questão, diante de instituições que influenciam a gestão dos recursos locais (IFDEC, 1992 apud MARTINELLI ; JOYAL, 2004, p.46).

O desenvolvimento local implica, muitas vezes e antes de tudo, uma organização comunitária bem estruturada para se criar um ambiente propício a questionar, debater e discutir os seus interesses individuais e comunitários. Essa organização necessita da solidariedade humana de forma coesa, para que as dinâmicas sociais de sensibilização, mobilização, organização e planejamento possam refletir na ação conjunta de mudanças no âmbito da comunidade. A solidariedade representa, assim, um estado de ânimo da comunidade, visando soluções, necessidades ou aspirações coletivas ou individuais, que precisam ser complementados por uma ativa política de formação e educação comunitária local. A propósito,

o Desenvolvimento Local propõe que um processo efetivo de desenvolvimento pode surgir de forma sustentável, contínua e endógena, por meio da participação ativa, cooperada e solidária dos vários agentes de uma comunidade. Nesse contexto, entende-se que desenvolvimento significa um processo contínuo de melhorias para uma comunidade, não somente nos aspectos econômicos de geração de emprego e renda, como também sociais (diminuição de desigualdades, melhorias na saúde, educação, cultura e demais indicadores sociais). Isto é, desenvolvimento significa melhoria das condições de vida de uma comunidade (MARQUES; MARTINS, 2003, p. 109).

Na perspectiva de um verdadeiro desenvolvimento local, a meta não é o progresso material ou a expansão da oferta local de emprego e renda, mas a promoção da vida, a satisfação

plena das necessidades fundamentais de uma comunidade. De acordo com Max-Neef (1986) entende-se que as necessidades básicas fundamentais do ser humano são: subsistência, proteção, afeto, entendimento, procriação, participação, ócio, identidade e liberdade. Isso representa se estas necessidades básicas não forem satisfeitas pelo ser humano, este se encontra numa situação de falta, impedindo as condições adequadas para gerar uma vida melhor por meio das suas próprias capacidades de forma sustentável.

Uma das características marcantes da sociedade capitalista é a criação da necessidade de consumo que se opõe ao desenvolvimento local no sentido de não desenvolver as potencialidades locais e sobre determinada situação a necessidade de consumo. O desenvolvimento local contradiz a lógica do capitalismo, despertando a comunidade local para as suas próprias necessidades. De acordo com Ávila (2003, p. 4)

o desenvolvimento se configura justamente como processo que considera, respeita e aproveita as particularidades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio-ambiental) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade-localidade, entendendo-se inclusiva que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade-localidade é igual à outra.

O desenvolvimento pretende ser uma resposta as perguntas sobre como podemos diminuir as desigualdades sociais e uma forma de proporcionar uma melhor distribuição das riquezas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou, ainda, o desenvolvimento no caso de países como o Brasil. Nesse sentido, pretende ser uma alternativa para as comunidades locais serem os próprios gestores de seu desenvolvimento, não ficando presas a políticas governamentais que são concebidas de forma vertical não levando em consideração as relações horizontais e as particularidades locais de uma comunidade ou grupo cultural.

O desenvolvimento local não pode se restringir a um processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local. É preciso que o desenvolvimento local esteja alicerçado no desenvolvimento sócio-cultural, para ser o ponto de partida dos demais tipos de desenvolvimento.

Um dos maiores desafios para o Desenvolvimento Local é o fato de que, historicamente, as comunidades-locais estão alicerçadas em políticas de assistencialismo, que muitas vezes estimulam uma comunidade a continuar querendo receber as coisas prontas e, ao mesmo tempo, a julgar as autoridades políticas como responsáveis pela causa ou pelas conseqüências de não conseguir uma melhora na qualidade de vida ou bem estar social.

Conquanto o Desenvolvimento Local vem a ser uma nova filosofia de desenvolvimento:

o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento –a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ -portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica-, no sentido de ela mesma –mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios -ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA et al., 2000, p. 68).

O Desenvolvimento Local é uma das alternativas mais viáveis para se proporcionar o desenvolvimento numa comunidade, pois, ao gerar condições favoráveis para a cooperação, a ajuda mútua e ações conjuntas criam fundamentos básicos para o início de um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns. Godard define o Desenvolvimento Local como base para que esse processo de organização aconteça por meio da cooperação.

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação de seus atores. Também é conveniente particular a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzam entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (GODARD et al., 1987, p. 139).

O papel dos agentes se torna importante para se atingir um nível de participação necessária para o desenvolvimento de uma comunidade. É preciso olhar a comunidade como uma

mente que precisa quebrar a dormência para que ela própria possa se desenvolver a partir das condições favoráveis numa perspectiva de cooperação e solidariedade gerando um desenvolvimento sustentável de forma qualitativa. É preciso perceber o ser humano como artífice das suas próprias conquistas e fracassos, tornando-o responsável pelo seu próprio progresso para que possa influenciar o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas e sócio-ambientais. Pois,

uma região, uma localidade se desenvolve a partir das relações individuais e coletivas instaladas em pontos geográficos relativamente delimitados, nos quais, com o tempo se entrelaçam formas de produzir que trazem consigo uma série de condutas, a partir dos quais podem conjugar-se analiticamente os tipos e a importância de atividades, costumes, cultura de trabalho e classes de produtos e serviços nos setores econômicos (FUENTES; LUMBRERAS, apud MARQUES; MARTINS, 2003, p.55).

1.2 O LUGAR

Ao se falar de local “está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade” (MARTINS, 2002, p.54). O lugar passa a ser o espaço das relações humanas, isto é, das práticas e convivências cotidianas que adquirem significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos, e que está simultaneamente ligado aos laços territoriais, econômicos e culturais. É o espaço onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento.

Já para Lopez, o local refere-se:

A um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios, e no qual as pessoas realizam sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes, representações simbólicas (LOPEZ, 1991, p.42).

Devido às mudanças constantes que ocorrem ao nosso redor e no mundo, criamos por meio delas novas relações com a realidade que vivemos, isto é, a nossa relação com a realidade externa, mundo, e ao mesmo tempo a nossa concepção sobre o local e o global.

Os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo (SANTOS, 1996), para quem a lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e a globalidade. O local pode ser ainda o lugar em que as pessoas estão ligadas pela identidade de pertencimento, ou por atividades úteis ao desenvolvimento econômico, social e cultural da coletividade.

Bourdieu afirma que os corpos, sejam os sujeitos ou os objetos estão situados precisamente num lugar, sendo este, um ponto de espaço físico onde um sujeito ou objeto se encontram. O lugar, “pode ser definido como extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões [...]. O espaço físico é definido como a exterioridade mútua das partes” (BOURDIEU, apud BITENCOURT, 2000, p. 56).

Toda realidade requer duas fontes de explicação: a realidade objetiva e as relações interobjetivas. A construção e reconstrução de valores se dão pelo processo incessante de interações. Portanto, toda convivência humana, a construção da história social e as práticas cotidianas necessitam de um lugar (região) ou espaço físico. O lugar passa a ser considerado o plano do vivido.

Podemos entender o lugar ainda como a “base territorial da convivência cotidiana, da qual a cooperação e a solidariedade se fazem pela convivência, a continuidade, as relações familiares, as emoções e sentimentos compartilhados, garantindo uma maior comunicação e uma solidariedade orgânica” (MARTIN, 1999, p.169). O local passa a ser definido como um espaço privilegiado para se estabelecer relações de solidariedade e de parcerias entre os atores sociais, permitindo que a competição cede lugar à cooperação.

O espaço se transforma em lugar no momento em que passamos a conhecê-lo melhor e a atribuir um valor simbólico, resultado da combinação das necessidades humanas e determinado acordo com a situação natural. “En este sentido, la escoja de un lugar, o la percepción, son características meramente físicas o naturales, ya que lo que interesa es el

significado mítico que lo esta siendo atribuido y transformado, así, un lugar cualquiera en un objeto realmente dotado de significado” (VALVA, apud MARQUES ; MARTINS, 2003, p.26).

O lugar passa a ser o mundo, pois já que temos hoje a possibilidade de ver o mundo a partir do local. Assim como dizia Tolstoi (apud Interações 2002) “eu vejo o mundo pelos olhos de minha aldeia”, demonstrando que a relação local-local perdeu espaço para a relação local-global. Agora estamos vivendo uma nova realidade do lugar, o lugar está imerso no mundo e o mundo se encontra em toda parte com os avanços da tecnologia, comunicação e a globalização. Portanto, com a modernização contemporânea todos os lugares se mundializam tornando-se necessário encontrar novos significados para o lugar.

Estabelece-se a dialética do local e do mundial. O lugar é ainda o espaço palpável que podemos ver e apropriar a nossa vida, isto é, podemos nos sentir fazendo parte da realidade por dizer que essa é minha rua, meu bairro, minha cidade, minha praça, etc. O lugar passa a ser ordenado e dimensionado de acordo com as mediações e o tempo vivido nele. O local pode ser visto ainda como um espaço pluridimensional, “voltado para a convivência e para o emprego, possuindo uma identidade social e histórica e se constituindo numa comunidade humana, para a promoção do desenvolvimento e de uma vida melhor para a comunidade como um todo” (MARTINELLI ; JOYAL, 2004, p. 66).

“Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 1996, p.22). Dessa forma, o lugar só adquire significado e sentido por meio de seu uso e ao vivido no plano imediato que pode ser apropriado pelo corpo no cotidiano da vida.

Paralelamente, a construção da memória histórica passa pelo âmbito do local. Lugar onde emerge o cotidiano das pessoas, “é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 1996, p.26). O lugar passa a ter sentido quando faz parte da identidade das

peessoas permitindo “pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno” (CARLOS, 1996, p.26).

Diante da globalização e fragmentação da realidade, é preciso repensar a identidade do lugar que “aparece como uma unidade de interações com outros lugares conectados em rede, e também com a globalidade” (LE BOURLEGAT, 2000, p.18). Cada vez mais o local se constitui em relação ao global, estabelecendo uma rede de relações sociais e conteúdos que se realizam no plano vivido, mas que são constituídos por uma rede de significações e sentidos que produz a identidade do ser humano.

De certa forma podemos dizer que o local, apesar de ser invadido pelas tecnologias, continua sendo o espaço dos acontecimentos humanos, onde os fatos ganham sentido e significação. O lugar é ainda o espaço onde se processa a vida, apesar de ser influenciado, determinado ou ameaçado pelas relações do lugar como um espaço mais amplo.

Com a globalização em processo, o lugar ganha novo conteúdo, é hierarquizado sob a forma de uma competição capitalista e econômica entre lugares pelo investimento que, muitas vezes, se manifesta na forma de desequilíbrio social, natural, econômico e político. No entanto, é o local que sofre em primeira instância com os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se voltam para o mundo. “Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência” (SANTOS, 1994, p. 49).

Dessa forma o local e o global se estabelecem de forma dialética em espaços sociais que se justapõem e se interpõem numa relação de redes que são regidas pela dinâmica da sociedade. São vistos como um espaço de oportunidades, ameaças e desequilíbrio para o desenvolvimento local por ser um espaço marcado pela competitividade entre o local e global. Mas é o “local que se apresenta como um elemento de transformação sócio-político-econômica, sendo o *locus* privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre os atores, em que a

competição cede espaço à cooperação” (ALBAGLI, 1999 apud MARTINELLI ; JOYAL, 2004, p.66).

1.3 O ESPAÇO

O que nos interessa aqui é definir o espaço geográfico ou banal como nos propõe Milton Santos (1996). Este espaço é considerado como “espaço da atividade humana, desde o espaço arquitetônico, numa escala mais baixa, até a escala de toda a superfície da Terra” (SOUZA, 1995, p.3).

Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais.

O espaço social é resultante da constituição física dos bens e serviços e pelos indivíduos e grupos localizados que compõem uma realidade local, enfim, é a relação com a natureza e tudo o que ela contém, é a sociedade mediatizada pelo trabalho, pelas classes sociais, pelo capital e com todas as características históricas pertencentes à formação social. É o espaço organizado pelos seres humanos de acordo com a sua capacidade de produção econômica e cultural resultante da divisão do trabalho.

“O espaço deve ser um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais, e objetos sociais, e, de outro, a vida que a preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1994, p. 49). Ao falarmos dessa realidade existencial, isto é, daquilo que anima a realidade objetiva, necessita-se dos objetos concretos em um determinado espaço. Esses objetos são constituídos dentro de uma realidade específica de funcionamento, de organização e estruturação que sempre estão em relação com outras realidades que podem ser denominados de espaço.

O espaço pode ainda ser entendido de três formas, de acordo com Milton Santos(1994, p. 15):

Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. [...] Em segundo lugar, há o espaço relativo, que se põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. [...] Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representado no interior de si mesmo.

Desse modo, o espaço não é uma coisa vaga sem sentido, algo abstrato, que pode ser analisado de forma vaga ou racionalmente, mas é sempre uma realidade relacional a coisas e as relações juntas, isto é, para ser entendido em sua totalidade necessita ser vivenciado para posteriormente ser apreendido por aqueles que o constitui. Essa é uma postura dialógica, uma vez que, quem dá sentido e significado ao espaço são as pessoas que o compõem.

Em sua obra posterior amplia o conceito de espaço:

É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá. [...] O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais povoado por sistemas de ações igualmente imbuídas de artificialidades, e cada vez mais tendentes a finalidades estranhas ao lugar e seus habitantes (SANTOS, 1996, p.51).

Queremos dar importância aqui ao espaço como um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimentos (SANTOS, 1994). Uma vez que a sociedade é caracterizada como um constante devir, isto é, de mudança; e ainda formada por um conjunto de possibilidades, formando assim a totalidade de uma realidade. A sociedade deixa de ser potência em sua totalidade para se tornar ato; nesse caso, a sociedade passa a ser concebida como inexistência dentro das formas geográficas. É a sociedade transformada em espaço. Hegel concebeu essa realidade dialeticamente, em que “a sociedade seria o ser e o espaço seria a existência” (SANTOS, 1994, p 16). O ser seria imposto por suas próprias determinações, isto é, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social.

Portanto, o espaço é fundamental para que a natureza se transforme em realidade do vivido, do cotidiano e os lugares que a constituem em processos seletivos de ocupação do ser humano em seu meio. Tornando-se efetivamente ou potencialmente. “Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (CARLOS, 1996, p 26).

O espaço pode ser entendido como um lugar que sempre toma novas formas, isto é, processo de reprodução da vida humana. O espaço aparece como produção de uma realidade concreta que se realiza no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. Tudo o que ocorre tem a necessidade de acontecer numa objetividade concreta, por meio da qual o sujeito se situa e se realiza. “É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 1996, p.29).

Devido aos avanços das tecnologias, transportes e telecomunicações, produz-se uma nova forma de se conceber o espaço. O espaço passa a ser hierarquizado e fragmentado devido à globalização e às desigualdades espaciais que são estabelecidas. Passando a ser uma construção contínua, devido às mudanças também contínuas, o mesmo é produzido por cada sociedade. “O espaço é um produto do trabalho humano, logo histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade” (CARLOS, 1996, p.39).

O espaço ainda se caracteriza pela distribuição dos bens ou serviços e também pela localização física dos indivíduos ou grupos sociais em um determinado lugar. Define-se a valorização do espaço de forma distinta de acordo com a sua ocupação e de acordo com o valor econômico ou, ainda, da cultura no contexto global.

O espaço é preexistente a qualquer ação, mesmo com a globalização e a mundialização do espaço não podemos anulá-lo, mas torná-lo contínuo do ponto de vista humano, pois é “construído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de uso, o tempo e a duração de uso” (CARLOS, 1996, p. 24)

1.4 O TERRITÓRIO

O território pode ser entendido como a somatória dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com os fatos construídos pelos homens. “A configuração territorial ou configuração geográfica tem como alicerce sua materialidade, ainda que tenha uma existência social dada pelas relações sociais. Pode-se dizer, pois, que a obra humana vai ao longo da história sendo incorporada pela configuração territorial ou geográfica” (SANTOS, 1998, p. 51).

Em outros termos, o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, 142). O território é, portanto, a base física de sustentação local, institucionalizada pelo Estado, que é definido e delimitado a partir das relações de poder.

De acordo com Le Berre (apud SANTOS, 2000, p. 128) “O espaço territorial de uma nação é o lugar de exercício do poder de um estado ou formação política”. É justamente o uso do território, no sentido de Estado Territorial no conceito mais antigo, que se faz objeto de análise social, por ele ser à base de fundamentação para a noção de transnacionalização do território.

O território existe em todas as escalas tanto quanto no significado da rua, bairro ou comunidade. Nesse caso, o Assentamento Aroeira, por exemplo, se constitui como território, isto é, o espaço territorial formado por cada família em seu lote de terra, as estradas vicinais, e a comunidade num todo. “O território passa a ser o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 1995, p. 84). Dessa forma, são sujeitos imbuídos de poder no momento em que cada um define o território como um espaço de autonomia e de legitimidade onde demanda poder, a partir das relações que estabelecem com os seus vizinhos e demais membros da comunidade como um espaço social.

“A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (SOUZA, 1995, p. 84). A identidade de um grupo social ou comunidade passa a ser entendida e compreendida a partir do seu território, isto é, de acordo com as relações que a mesma estabelece com a natureza, com o meio físico, com o patrimônio, que por meio dessas relações vai criando e estabelecendo a sua identidade sócio-cultural.

A partir dessa perspectiva, passa-se a entender por que os moradores do Assentamento Aroeira ainda possuem uma certa dificuldade de compreender o seu território, o seu espaço cultural, as suas raízes e a identidade, pois tudo isso começa a ser criado a partir de um certo tempo de uso desse território. De acordo com Souza, “apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial” (SOUZA, 1995, p.84), identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território em si, e, por tabela, com o poder de controlar esse território.

A identidade sócio-cultural dos membros do Assentamento Aroeira passa a ser um processo em construção por meio do seu uso da terra, sendo que o local, o espaço e o território vão ganhando sentido e significado a cada dia que passa. No entanto, poderá levar um certo tempo para que as pessoas dessa comunidade construam a sua própria identidade territorial.

Para Le Berre (apud SANTOS, 2000, p. 131), o território pode ser definido como “a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades”. É, ainda, o espaço em que o ser humano estabelece seus vínculos afetivos, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais, no intuito de manter a sobrevivência do grupo e de se sentir protegido e manter a continuidade da vida, por isso sente a necessidade de construir território.

Portanto, o território pode sofrer interações políticas, econômicas, sociais e culturais dos indivíduos e de grupos sociais, gerando uma malha ou rede de relações que se sobrepõem ou interpõem no espaço, que de algum modo constitui o território. O território se constitui pela diferenciação funcional comandada pelo princípio hierárquico que é dado pelos indivíduos ou grupos que o compõem em suas diversas ações de forma ordenada.

“O território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente” (SANTOS, 2002, p.17). Podemos estabelecer a dialética no território, a partir de um conflito entre o ato de produzir e de viver que “se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetivos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 2002, p.18).

Ao se falar em território, quer-se compreendê-lo como um espaço onde o ser humano estabelece o seu vínculo afetivo, constrói sua história e estabelece suas relações sociais, isto é, onde ocorre a projeção da identidade cultural, como uma forma de estabelecer as horizontalidades locais que compõem os domínios dos lugares vizinhos, reunidos por uma continuidade territorial. Segundo Milton Santos devemos ter em mente,

ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 2002, p.20).

Os conflitos por territórios são decorrentes em função da globalização em que o espaço é definido e delimitado a partir das relações de poder que se interpõem ou se justapõem entre si.

1.5 A TERRITORIALIDADE

A territorialidade é abordada a partir das relações que o ser humano mantém com o espaço ou o território, que está baseado na relação com os outros que ocupam e se relacionam num mesmo espaço ou território. “Territorialidade é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 1995, p. 99). A territorialidade é um conjunto de relações que se estabelecem em todas

as escalas espaciais e sociais que são mediatizadas pelo homem através da interação com o espaço em forma de controle ao longo do tempo.

As relações existenciais ou produtivas são relações de poder e a interação entre os atores sociais é que procura modificar tanto as relações com a natureza como as próprias relações sociais.

Essa interação com o espaço ou o território pode ser definida como laços afetivos que o ser humano mantém com o meio ambiente ou o espaço físico. De acordo com Tuan (1980, p.107), são esses laços sentimentais que estabelecemos com o lugar ou meio ambiente, que temos mais dificuldades de expressar por ser o nosso lar, o meio de se ganhar a vida, por se tornar despercebido a nossa realidade.

O lugar é o mundo externo do qual nos apropriamos e pelo qual o ser humano apropria ao seu modo de vida, comportamento; e que por meio dele vai construindo sua identidade. O lugar passa a ser carregado de acontecimentos que envolvem sentimentos e passa a ser percebido como um símbolo ou um significado da sua vida.

Portanto, o apego à terra do pequeno agricultor de que Tuan fala é profundo. Porque a terra passa a ser entendida como um espaço de relação de apropriação por meio de uma relação de poder. Para o trabalhador rural, ao estabelecer a relação com a natureza por meio da apropriação, o lugar passa a ser entendido e identificado como fazendo parte da sua vida e história de vida, pois ao falar: aqui é minha vida ou espaço, sente-se harmonizado, personificado por meio de uma relação de significação, identidade e valor.

Nesse caso, os agricultores do Assentamento Aroeira, que transformaram o espaço físico em um espaço social, por se apropriarem do lugar e o carregarem de sentimentos, emoções e significados, constroem um símbolo de luta, conquista e poder. A terra passou a ter um valor e significado individual e social. Conforme Tuan (1980, p. 113),

para viver o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no

nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma sociedade que poucas ocupações podem igualar.

A identidade com o lugar ocorre por meio do processo de socialização em que os seus pertences “são uma extensão de sua personalidade, ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimacão” (TUAN, 1980, p. 113). Isto é, todo espaço passa a ser caracterizado como a imagem da cultura de um grupo social.

Dessa forma, a territorialidade pode ser entendida como um “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Para Little, a territorialidade é “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (2002, p.3, grifo do autor).

Assim, a territorialidade é o exercício de poder social, político e econômico em um contexto nacional ou local que resulta do processo de valorização do espaço geográfico, contendo relações de inclusões e exclusões que se constituem numa problemática relacional de indivíduo que pertence a uma coletividade, que necessita de uma forma (lugar), de um conteúdo (significado) e da exterioridade como um sistema institucional, político e cultural (RAFFESTIN, 1993, p. 160), se tornando um processo dinâmico. Os elementos que constituem essa coletividade são suscetíveis de mudanças e variações no tempo e espaço, numa constante dialética de inclusões e exclusões de relações individuais que pertencem a um espaço social.

Nessa perspectiva, é importante entender a territorialidade como uma relação “que se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘a face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162). Por isso, é preciso considerar que o aumento da complexidade e especialização do território implica em si uma fragmentação, para viabilizar a distribuição eficiente dos bens e serviços.

A territorialidade pode ser entendida como um complexo de estratégias institucionais para produzir e distribuir recursos a partir da apropriação do espaço ecológico ou seja de certas especialidades. O referido processo de apropriação espacial, gerador das especialidades pode ser sublevado pela participação social ampla (MARQUES; MARTIN, 2003, p. 20).

De acordo com Soja (apud RAFFESTIN, 1993, p. 159), a territorialidade pode ser vista como, “um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influências ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem”.

No entanto, só é possível entender a territorialidade a partir daquilo que a constitui, isto é, os lugares e os ritmos que ela implica, por meio da apreensão das relações reais no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

1.6 CAPITAL SOCIAL

A partir das últimas décadas, o conceito de capital social começou a fazer cada vez mais parte das propostas de desenvolvimento. Uma vez que o sistema econômico não conseguiu resolver os problemas mais elementares de desenvolvimento. O capital social quer ser uma resposta para a dinamização do sistema de produção capitalista.

O capital social vem como resposta ao pensamento econômico convencional, de que a sociedade é formada por indivíduos independentes, cada um agindo de acordo com seus objetivos. O capital social passa a ser um dos componentes-chaves do desenvolvimento, destacando a cooperação, a confiança, a identidade, a comunidade e a amizade entre os indivíduos como um instrumento de solução para a ação coletiva.

Segundo Coleman (1990 apud KLIKSBERG, 2001, p117), o capital social se apresenta de duas formas: individual e coletivo. Em primeiro lugar “o capital social tem a ver

com o grau de integração social de um indivíduo, sua rede de contatos sociais, implica relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis”. No social, no plano coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis; a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, tanto nas escolas quanto na vida pública, o que resultaria em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, enfim, numa sociedade mais aberta e democrática.

Para Putnam, o capital social é “o grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade que a caracteriza” (apud KLIKSBERG, 2001, p.116). O grau de associativismo de uma comunidade depende por sua vez do grau de confiança que os membros possuem para poderem compartilhar valores e normas morais. Segundo Fukuyama (1996, p.170), a confiança só ocorre quando uma comunidade compartilha um conjunto de valores morais, forma tal que cria uma expectativa de comportamento equilibrado e honesto.

De acordo ainda com Fukuyama (1996, p. 41), a confiança é “a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade”. A confiança nos membros da comunidade e o envolvimento em questões comunitárias, e além das boas relações com os vizinhos, podem ser fundamentais para a prosperidade econômica e de desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Essa confiança é estabelecida por meio das relações sociais que, muitas vezes, está agregado à sociedade ou ao indivíduo que se estabelece por meio de uma rede de relações que, segundo Bourdieu, “não são dadas naturalmente, mas são produções de ações estratégicas, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, que estabelecem ou reproduzem as relações sociais” (apud DIAS, 2001 p.16).

Fukuyama (2000, p.28) define o capital social “como um conjunto de valores ou normas informais comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles”. Essa cooperação só ocorrerá se houver se estabelecido uma rede de relações sociais de confiança

e honestidade. A confiança somente é adquirida, entre as pessoas, por meio de relacionamentos de longo prazo, e que necessitam da experiência prática cotidiana estabelecida na forma de redes de relacionamentos complexos. “A confiança é como um lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização” (FUKUYAMA, 2000, p.28).

Bourdieu (1998 p.67) define capital social como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e inter-reconhecimento.

Pesquisas já realizadas demonstram que a desigualdade social faz diminuir o capital social, que acaba afetando diretamente a saúde das pessoas. O capital social tem grande peso para o desenvolvimento local uma vez que as comunidades são constituídas a partir das relações sociais que dependem da cooperação, confiança, ajuda mútua, normas de reciprocidade de seus membros. Tudo isso indica que o capital social é um facilitador de certas ações, possibilitando uma maior participação, cooperação e preocupação com as questões inerentes à sua comunidade.

O capital social é definido como a soma de recursos inscritos nos modos de organização da vida social de uma população. É um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de comportamento social em vigor.

Pode-se observar que cada sociedade possui as suas particularidades de se organizar, de satisfazer as suas aspirações. Tão logo, podemos entender que essas particularidades são fundamentais para a identificação social. Por isso, a importância da valorização dos aspectos culturais, é importante para se entender as regras de reciprocidade, de participação, de cooperação e o nível de confiança que decorrem a partir dos relacionamentos entre os membros de uma comunidade. “Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 2000, p.180).

Segundo Kliksberg (2001), os valores como honestidade, reciprocidade, participação e confiança vão moldando as pessoas para assumir compromissos com a

comunidade e contribuir continuamente com ela. Pois uma comunidade só desabrochará se estiver culturalmente baseada em princípios de confiança. “A confiança é um subproduto vital das normas sociais cooperativas que constituem o capital social” (FUKUYAMA, 2000, p.60). De fato, as dimensões que o capital social assume, “são de importância fundamental na formação da vida econômica e social. O capital social é considerado produtivo, pois torna possível alcançar determinados objetivos que na sua ausência não seria possível” (BAQUERO, 2003, p.95).

Supõe-se que dentro do contexto de desenvolvimento, cada vez mais se faz necessária a discussão da importância do capital social como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento local acontecer. Ao se levar em consideração que cada comunidade possui suas particularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, essas poderão ser um instrumento importante para o progresso econômico e social, como uma forma de valorizar as riquezas culturais e materiais que as comunidades trazem consigo por meio das tradições, hábitos, costumes, cultivados ao longo da história.

De acordo com Baquero (2003), o capital social ajuda a compreender o desenvolvimento local, mas principalmente a formulação de políticas mais apropriadas em termos de cultura ou civilidade, e acima de tudo de relações e redes sociais.

Nesse sentido, o capitalismo é como um parasita do capital social, por usá-lo com interesse próprio de modo individualista, de forma que vem solapando os valores morais e as relações sociais ao longo dos séculos. Sem recompô-lo, o fim desses princípios significa o fim da ordem social. “[...] O capitalismo é tão dinâmico que está constantemente destruindo comunidades através de reduções de quadros, ou reformulações e transferência de empregos para o exterior” (FUKUYAMA, 2000, p. 260).

Com a dificuldade de internalizar os valores gerados pelo capital social, devido ao dinamismo econômico marcado pela substituição de valores tradicionais por uma tecnologia em constante mudança, acarreta-se uma desvalorização cultural e atrelada a fatores de resistência ao desenvolvimento local, já que “a cultura dos pobres é estigmatizada por setores da sociedade

como inferior, precária, atrasada” (KLIKSBERG, 2001, p.141). Segundo Rocha (2003), ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. A pobreza passa a ser um fenômeno complexo que pode gerar problemas de auto-estima que interferem diretamente no contexto sócio-econômico.

Conseqüentemente, os problemas criados por falta de confiança, participação e envolvimento e coesão social, são frutos da falta de valorização cultural das pessoas.

Ao longo da história, o desenvolvimento econômico foi tratado como prioridade para o desenvolvimento de uma comunidade. Percebe-se a necessidade cada vez maior de se valorizar a cultura das pessoas, já que essa forma de desenvolvimento acabou gerando problemas ainda maiores.

Queremos destacar que, o desenvolvimento do ser humano não deve ser o meio de todo um processo e sim a finalidade que implique ampliar suas reais possibilidades de uma vida melhor na sua qualidade.

Parece-nos, que o desenvolvimento deve ser concebido a partir de vários elementos intrinsecamente ligados, que estão baseados na lógica das inter-relações e nos princípios de reciprocidade, cooperação e confiança. Cada vez mais as discussões sobre desenvolvimento se preocupam com o capital social e aspectos culturais de uma comunidade.

“A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor” (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

Por isso, se torna cada vez maior a necessidade de projetos que levam em consideração a valorização da identidade cultural da comunidade, suas particularidades e potencialidades como ferramentas para o desenvolvimento.

Portanto, desenvolver o capital social nas comunidades locais é uma forma de resgatar ou fortalecer a confiança, as relações interpessoais, a coesão social e o associativismo entre as pessoas. O capital social se torna importantes ao criar um ambiente favorável às pessoas desenvolverem suas potencialidades humanas, tornando-se condição indispensável para o desenvolvimento econômico e melhor qualidade de vida. “O capital social tem benefícios que vão muito além da esfera econômica. Ele é essencial para a criação de uma sociedade civil saudável, isto é, o domínio dos grupos e associações que estão entre a família e o Estado” (FUKUYAMA, 2000, p.30).

1.7 A COMUNIDADE

A nossa pesquisa tem como estudo o Assentamento Aroeira, formado desde o seu princípio distribuído em pequenos lotes de terra. O assentamento teve seu início no dia 13 de julho de 2001, quando as famílias receberam as suas terras.

O surgimento do Assentamento Aroeira teve como fundamento básico a distribuição da terra. No entanto, integrado por famílias vindas de vários lugares da região como: Chapadão do Sul, Cassilândia, Costa Rica e ainda de outros lugares em menor proporção.

A procedência de vários lugares demonstra características culturais, hábitos e costumes que se assemelham, mas que divergem em alguns pontos. Pois, como toda relação comunitária surge a partir das relações de interação com outros indivíduos pelo qual busca estabelecer um relacionamento ou um vínculo de compromisso, se identificando como sendo a sua própria identidade, as mesmas podem ser dificultadas uma vez que a identidade cultural é diferenciada na sua maneira de entender e compreender a realidade externa e o mundo a sua volta.

De acordo com Tönnies (1973), as relações comunitárias são relações nas quais prevalece a confiança e a intimidade, fazendo com que um se sinta próximo do outro com um

organismo vivo, sendo essa a essência da comunidade. A vida real, com a predominância do sentimento de pertencimento a um grupo, “o nós”, como parte integrante dessa relação se torna uma das características fundamentais na formação de uma comunidade. “As relações de interação levam conseqüentemente a associação de seus membros que pode se compreendida como a vida real, uma das essências da comunidade” (TÖNNIES, 1973, p.96).

A vida comunitária só é possível se for acompanhada pelos sentimentos de compreensão e partilha. Pois esses dois sentimentos possibilitam a intimidade e as ações em comum de seus membros. Para Weber, a comunidade é o lugar onde a ação social estabelece as ligações emocionais e predomina a vontade tradicional, a solidariedade entre os seus membros. Define a comunidade como “uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (WEBER, 1987, p.77).

Por mais desfragmentada e individualizada que possam estar as organizações sociais, a comunidade passa a ser um espaço ideal e privilegiado para as iniciativas de melhoria e qualidade de vida. Acaba sendo ainda um porto seguro para as sucessivas correntezas de turbulência global. A comunidade é vista como um espaço ideal para a prática da honestidade, a cooperação e as relações de reciprocidade.

Pode-se entender que o Assentamento Aroeira, não pode ser compreendido como comunidade, a partir do momento em que as relações de interação, compreensão, partilha e solidariedade, não são vistas como valores cultivados e vividos pelos moradores, onde a colaboração para um fim comum que é a coesão social, cede espaço para o individualismo e a desunião entre os mesmos. Os assentados ainda não podem ser identificados como uma comunidade em que prevalece o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência no local como condição para estabelecer o corporativismo em torno de um projeto comum que é a identidade cultural e local.

Apesar de toda mudança gerada pelo capitalismo, juntamente com a globalização por meio da individualização, leva conseqüentemente as pessoas a se sentirem mais inseguras,

ameaçadas no espaço em que vivem, sendo uma das justificativas de não confiarem ou querer estabelecer relacionamentos mais confiáveis com os demais membros do local. A comunidade pode ser vista para esse fim como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das potencialidades humanas, para a cooperação, a solidariedade, a compreensão dos sentimentos dos outros e das relações sociais.

A comunidade se torna importante na medida em que o ser humano ganha força coletivamente para agir em defesa de seus direitos e melhores condições de vida, isto é, uma ação social em resgate de valores como: confiança, cooperação e ajuda mútua.

A comunidade é uma forma de praticarmos a solidariedade e o lugar ideal para unir forças no sentido de lutar para diminuir as diferenças sociais que assolam a nossa realidade. O lugar onde compartilhamos sentimentos e valores ou buscamos a companhia de pessoas que pensam ou sentem mesmas emoções; lugar em que procuramos ser solidários como uma forma de dar vida a nossa própria existência.

“A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da violação” (NISBET, 1977, p. 255). Isso leva a entender que o indivíduo é a fusão relacional com um grupo de indivíduos pertencentes numa mesma comunidade, em que o pensamento particular se confunde com o pensamento comunitário, o agir particular é o agir comunitário, por meio de uma relação dialógica grupal.

Segundo Tönnies (Apud Fukuyama, 2003, p.20), a *gemeinschaft* (comunidade), consiste em uma densa rede de relacionamentos pessoais fortemente baseados em laços de parentesco e no contato direto. De acordo com Fukuyama (2000, p. 20):

as normas eram em sua maioria não escritas e as pessoas estavam ligadas entre si numa rede de inter-dependência mútua que abrangia todos os aspectos da vida, da família ao trabalho e até as poucas atividades de lazer gozadas por aquelas sociedades.

Com o surgimento da industrialização, essas comunidades (tidas tradicionais) sofreram mudanças influenciadas pelo avanço das tecnologias, transformando as redes de contato pessoais e diretos em sociedades de contrato, regida por normas e leis estabelecidas pelo sistema capitalista que busca a maximização do lucro por meio da produção industrial.

Como estamos vivendo num momento de transformação constante em todos os setores da sociedade, são afetadas também as relações sociais em que o antigo passa a ser sinônimo de ultrapassado. A valorização das inovações tecnológicas e o constante rompimento de regras e normas são os primeiros obstáculos para a constituição das comunidades e para as ações cooperativas, pois requerem valores comuns e básicos para que as pessoas possam orientar suas vidas. “As verdadeiras comunidades são unidas pelos valores, normas e experiências comuns aos seus membros. Quanto mais esses valores comuns estiverem arraigados, maior o senso de comunidade” (FUKUYAMA, 2000, p.26).

Hoje, praticamente não há mais comunidades isoladas, isso explica que as relações entre as pessoas não acontecem mais em nível local–local, mas local–global ou vice-versa, determinado pela influência tecnológica. O difícil é estabelecer limites para uma comunidade, já que a globalização, nas últimas décadas, em decorrência das mudanças econômicas, de comunicação e de tecnologias, tende a criar inter-relações maiores e mais difusas entre os seres humanos, tornando assim uma constante busca de algo a mais na sociedade.

Mesmo assim, a comunidade passa a ser concebida como importante para se estabelecer a cooperação, a solidariedade e para a ação social e como espaço privilegiado para iniciativas de desenvolvimento local. A partir do momento que temos a individualização da sociedade e diante das constantes mudanças que ocorrem por causa da globalização, a identidade das comunidades locais passa a ser um contínuo construir porque a realidade globalizante faz com que as pessoas busquem sempre a auto-afirmação.

Segundo Bauman (2003), a construção da identidade é um processo sem fim para sempre incompleto, pois as fontes de significados culturais mudam tão rapidamente que os atores

sociais não possuem tempo para internalizá-los. Essa mudança rápida e contínua gera uma sensação de falta de controle, incerteza e insegurança.

Portanto, para se viver em comunidade exige-se que se pague um preço. “O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia, direito à auto-afirmação’ e ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha ganha-se alguma coisa e perde-se outra” (BAUMAN, 2003, p.10). Diante da constante mudança necessitamos reafirmar a importância e o valor da comunidade para estabelecer relacionamentos mais cooperativos, solidários e autônomos entre os membros que a constitui.

Devido a essa nova realidade, Bauman (2003) define a participação dos indivíduos na comunidade por meio da motivação pela busca da felicidade e pela esperança de sucesso, que nunca serão satisfeitas, estimulando a necessidade de buscar a satisfação ininterruptamente. Portanto, nesse sentido a comunidade deve permanecer flexível a uma nova ordem social e estar constantemente recompondo a sua identidade. Mesmo assim, essas ações de motivação pela busca da felicidade por meio da coletividade não são suficientes para a valorização da ação comunitária.

De acordo com Ávila (2001, p.34), a cada dia que passa a população se torna cada vez mais dependente e cada vez menos capaz de se organizar, administrar, solucionar ou pelo menos participar ativamente da resolução de seus problemas básicos. A sociedade, assim como a comunidade, passa por um processo de individualização onde está se perdendo o caráter coletivo das ações e das queixas ou reivindicações e, ao mesmo tempo, perde-se os valores que são referência e servem como padrão comunitário de organização, mobilização e participação.

Diante do processo de individualização social que estamos sofrendo com a globalização, cada vez mais, crescente, as comunidades sofrem, também, com a confiança e com os compromissos estabelecidos com os seus membros, pois ninguém garante a durabilidade dos mesmos. “O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de

identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder” (WEEKS apud BAUMAN, 2003, p. 91).

Sendo assim, na comunidade caracterizada como um lugar em que estabelecemos as nossas relações primárias (nestas relações os aspectos informais e a solidariedade humana são mais acentuados), a participação dos indivíduos se caracteriza pelas emoções e por princípios tradicionais. Numa visão ideária a comunidade é imaginada como um lugar aconchegante, acolhedor onde todos se respeitam e compartilham as suas emoções e sentimentos.

Como vivendo em um mundo de insegurança, de incertezas, de imprevisibilidades e de competitividade, desejamos a comunidade como um abrigo contra a incerteza, por ser um lugar seguro, acolhedor e de confiança. É o lugar em que podemos ainda ser compreendidos, ouvidos e entendidos por uma grande maioria dos membros que fazem parte:

Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer. Mas a comunidade continua teimosamente em falta, escapa ao nosso alcance ou se desmancha, porque a maneira como o mundo nos estimula a realizar nossos sonhos de uma vida segura não nos aproxima de sua realização; em lugar de ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando (BAUMAN, 2003, p.129).

A comunidade se torna primordial para estabelecer a confiança entre os membros e potencializar as práticas humanas de associação e cooperação por meio das relações interpessoais. O coletivo é construído por meio da comunidade, é por meio dele que o ser humano se realiza e ganha força para agir em defesa de melhores condições de vida e direitos iguais para os seus semelhantes.

1.8 CULTURA

A cultura nasce a partir do momento que os seres humanos começam a compartilhar as suas percepções comuns, por isso que no mundo há várias maneiras das pessoas perceberem e

avaliarem a superfície terrena. De acordo com Charon (2002, p. 104), “cultura é a perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter em comum quando interagem”. É aquilo que as pessoas passam a pensar em comum, o que é visto como verdadeiro, correto e importante para um determinado grupo de pessoas.

De acordo com Tuan (1980), os valores estão implícitos nas atividades econômicas das pessoas, comportamento e estilo de vida. Nesse sentido a cultura pode ser representada pelo meio ambiente físico, isto é, pela caracterização física de organização mas ligada pela herança biológica, criação, educação, trabalho; sendo que “o lugar, localização e direção desempenham um papel importante sobre a visão de mundo” (TUAN, 1980, p. 94).

Considerando que cada povo ou grupo social tem as suas mais diversas formas de criatividade e dinamismo, é a própria cultura que pode dar credibilidade de existência e identidade a um grupo de pessoas ou comunidade.

De acordo com Pierre (apud CLAXTON, 1994, p. 7), a cultura pode ser definida como uma “interpretação global da natureza, um sistema total para compreender e mudar o mundo. A cultura abarca todas as expressões produtivas do ser humano, tecnológicas, econômicas, artísticas e domésticas. Implica uma relação sistemática entre cada aspecto da vida tal como esta é vivida”.

No século XIX, a cultura era considerada uma propriedade universal da vida social humana. As técnicas, os costumes, as tradições e tecnologias formavam o conjunto que distinguia da vida animal. Nesse período, se dá maior importância em se diferenciar o ser humano do animal, e o princípio diferenciador é a universalização da vida social humana, fazendo-se presente as características culturais de povos civilizados e não civilizados como forma de mostrar o processo de evolução cultural.

Já a partir da Primeira Guerra Mundial, a cultura de um povo era determinada ou identificada por aquilo que as pessoas mantinham em comum, isto é, cada povo ou grupo tinha a

sua cultura, o que os mantinham delimitados, coerentes, coesos e autônomos diante de outros povos ou nações.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com os massacres humanos, a cultura passa a ser entendida como algo ligado aos estados e sociedades em que as pessoas estavam inseridas, tornando-se identidade de cada país ou sociedade. O mundo passa a ser concebido como um conjunto de culturas formado a partir de várias culturas que se apresentam de forma descontínua e distinta entre si, mas que se podem ser entendidas como um emaranhado de diferenças e semelhanças apenas parcialmente discernidas.

No mundo contemporâneo constrói-se uma nova concepção sobre cultura:

Visão da cultura, de uma cultura, desta cultura, como um consenso em torno de elementos fundamentais – concepções comuns, sentimentos comuns, valores comuns – parece muito pouco viável, diante de tamanha dispersão e desarticulação; são falhas e fissuras que parecem demarcar a paisagem da identidade coletiva (GEERTZ, 2001, p.213).

A cultura é, logo, entendida através das diferenças entre grupos e povos, e passa a ter sentido a partir desse modo diferenciado de viver a vida coletiva em relação às demais culturas (sociedades e grupos). A valorização das particularidades culturais de cada povo (tradições, valores, costumes, etc) quando determinadas importantes para o grupo.

A partir dessa visão de cultura, alguns autores, afirmam que cada país deve determinar por si mesmo e a partir da sua própria perspectiva a melhor maneira de utilizar suas características culturais para promover o desenvolvimento.

A cultura pode ser entendida como uma totalidade integrada em uma sociedade como um sistema de relações sociais. Esta se apresenta de forma dialética, por meio dos valores básicos e fundamentais que constituem uma cultura e as dinâmicas que ela envolve. A construção dessa realidade, também, se torna fundamental e necessária para o desenvolvimento. Como todo desenvolvimento implica mudanças, supõe-se que essas transformações requerem elementos que possam ser considerados estáticos ou fundamentais

como sendo um princípios norteador para essa mudança ocorrer. Podemos, assim, entender a cultura como um conjunto de atividades e crenças de uma sociedade ou grupo, que se compõe por aspectos estáticos e dinâmicos, e que os seres humanos buscam as soluções de acordo com os problemas que o meio ambiente natural e social lhes impõem. Podemos complementar esse conceito, reforçando que a “cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social” (KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002, p.35).

Toda cultura passa por processos de construção de significados culturais, sociais e econômicos que são internalizados pelos próprios membros que fazem parte do grupo ou sociedade e por meio deles vão construindo a sua identidade.

Segundo Castells (2000, p.23):

a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizadas em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

Para a UNESCO, por sua vez, a cultura é entendida como o

conjunto distintivo de atributos espirituais e materiais, intelectuais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, engloba não somente as artes e a literatura, mas também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças e os direitos fundamentais do ser humano (Apud CLAXTON, 1994 p.7).

Ao longo da história foi dada maior importância ao desenvolvimento econômico pelas sociedades envolvidas nesse processo. É por isso que o desenvolvimento cultural sempre foi visto como um conflito ou um impasse para o desenvolvimento humano por meio do econômico, por não considera-lo importante nas políticas de desenvolvimento. Essa forma de abordagem começa a mudar quando, em 1990, Mahbub ul Haq cria o

Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), de certa forma relativizando o Produto Nacional Bruto, que tinha uma abordagem economicista. O IDH passa a abranger três parâmetros de avaliação de desenvolvimento: renda per capita, a expectativa de vida e o nível de educação atingido em cada país, que passa a ser o aspecto cultural do desenvolvimento humano. Com abordagem cada vez mais centrada no humano, os críticos em Ciências Sociais passam a dar maior importância para a cultura.

Segundo Claxton (1994), a cultura é o fator fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade ou grupo local, sendo a referência básica para medir os outros fatores, pois não pode existir um desenvolvimento satisfatório e sustentável quando não se reconhece e se utiliza a força vitalizadora da cultura, não levando-se em consideração os estilos de vida, sistemas de valores, tradições, crenças, conhecimentos e aptidões de uma comunidade.

A partir desse conceito, a cultura passa a ser entendida como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um grupo social. Malinowski, em seu livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, já nos alertava sobre a importância de se levar em consideração os aspectos culturais das pessoas por apresentarem formas particulares de se viver em sociedade ou em grupo. “As pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontram instituições diferentes, nas quais ele satisfaz às suas aspirações” (MALINOWSKI, 1978, p.34).

De acordo, também, com Hermet (1999), antes de se empreender qualquer ação em uma sociedade é preciso fazer uma “topografia cultural”, isto é, um estudo minucioso da realidade social buscando a sua importância nacional e local. A topografia cultural tem o intuito de buscar as particularidades e as especificidades de cada caso antes de se dar início a uma ação de desenvolvimento.

Pode-se observar que cada sociedade possui as suas particularidades de organização e de satisfação das suas aspirações; tão logo, podemos entender que essas

particularidades são fundamentais para a identificação ou, ainda, uma necessidade que o sujeito tem de ser conhecido perante os outros de forma distinta, por isso a importância da valorização dos aspectos culturais que são mais significativos para sua identificação cultural.

Supõe-se que dentro de um contexto de desenvolvimento, cada vez mais se faz necessária à discussão da importância da cultura como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento. Ao se levar em consideração que cada qual tem suas particularidades culturais, essas poderão ser um instrumento importante para o progresso econômico e social, como uma forma de valorizar as riquezas culturais e materiais que as mesmas trazem consigo por meio das tradições, hábitos e costumes cultivados ao longo da história. Caso contrário, a desvalorização cultural pode gerar problemas de auto-estima, que podem se tornar em fatores de resistência para o desenvolvimento, já que “a cultura dos pobres é estigmatizada por setores da sociedade como inferior, precária, atrasada” (KLIKSBERG, 2001, p.141).

Ressalta-se, ainda, a necessidade da valorização da cultura como um aspecto importante para o desenvolvimento, pois só assim as pessoas podem ter mais facilidade de encontrar soluções criativas para os problemas enfrentados no seu cotidiano de vida, fortalecendo ainda mais sua identidade e valores.

Segundo Kliksberg, os valores vão moldando as pessoas para assumir compromissos com a comunidade e contribuir continuamente com ela. Pois uma sociedade que confia em sua cultura estará mais aberta e receptiva, fato que transforma o conhecimento em um instrumento de integridade de um povo. Nesse caso

o grau de confiança existente entre os membros de uma sociedade, as suas normas de comportamento que rege as suas práticas e o grau de associação são denominados por Putman de capital social. Assim como Coleman, o capital social é determinado pelo “grau de integração social de um indivíduo, sua rede de contatos sociais, implica relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis” (KLIKSBERG, 2001 p.117).

A cultura atua como fermento do desenvolvimento, pois é ela que gera e transmite os valores de geração em geração, tornando necessário se conhecer a realidade cultural de um grupo social local em profundidade, porque é a identidade cultural que rege a “permanente evolução dos sentimentos e das maneiras de perceber as coisas que caracterizam todas as comunidades em um momento dado” (HERMET, 1999, p.16).

Em suma, o desenvolvimento passa a ser visto como mudança coletiva em relação ao acesso ao bem-estar, chegando a retirar do seu próprio meio local, a partir de uma abertura ao exterior, utilizando ou explorando os recursos que até então não tinham sido muito utilizados. O desenvolvimento consiste, então, na valorização das potencialidades a partir de uma auto-revelação ou mobilização dos membros integrantes desse processo, que se caracteriza como de forma endógeno por surgir de dentro para fora com a valorização dos aspectos culturais locais de cada grupo.

Sendo a cultura de um povo uma das expressões mais essenciais de como ele percebe o seu entorno, se adapta e a relação que mantém com a realidade a sua volta. Ao dirigir o nosso olhar ao local, percebe-se que ainda está fortemente presente o desejo de observar e avaliar o progresso de uma comunidade somente a partir dos aspectos econômicos, dos investimentos e gastos feitos com a mesma. Essa concepção gera um olhar distorcido sobre a realidade em si, pois não se leva em consideração os valores e as identidades culturais das pessoas.

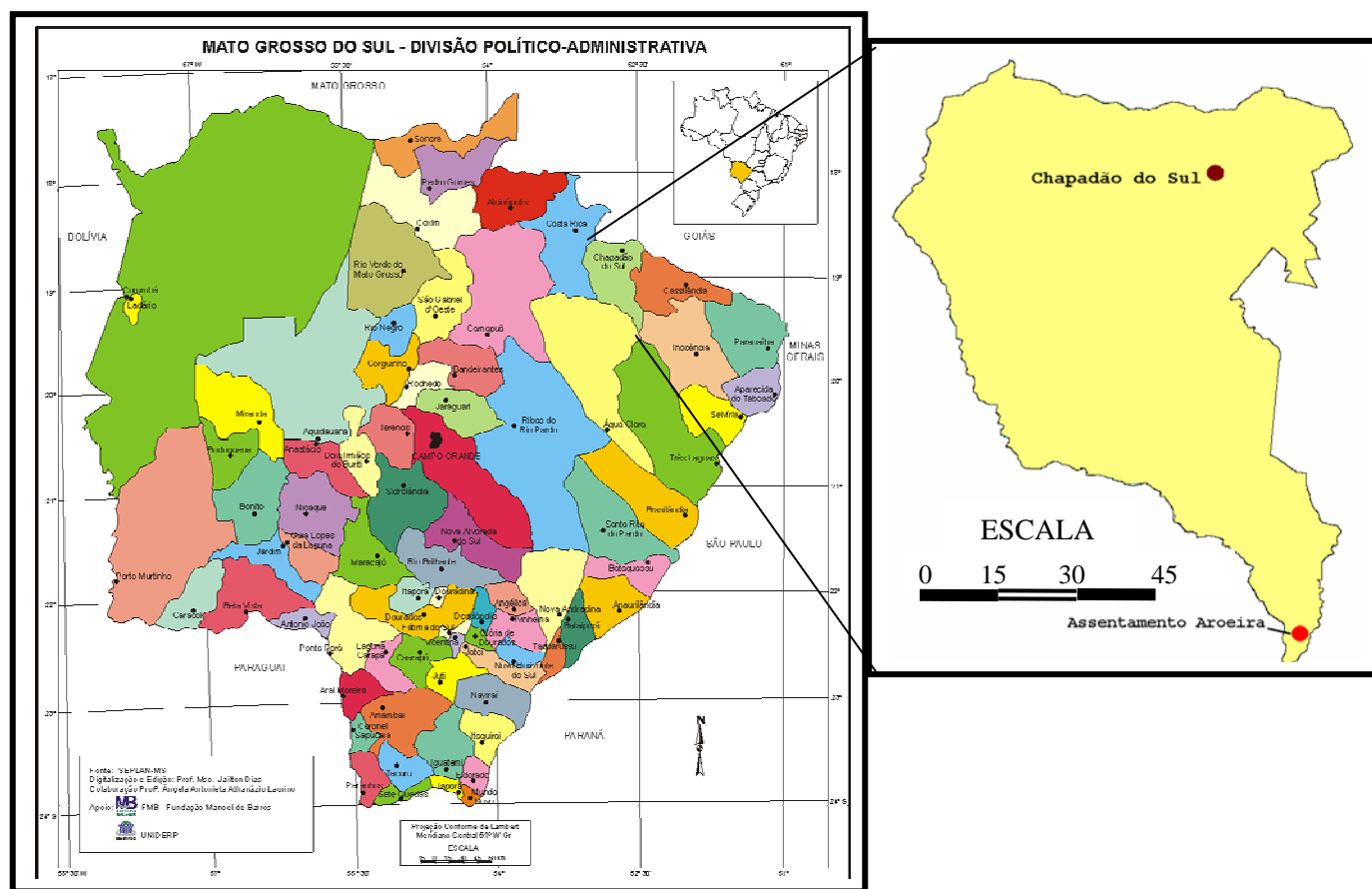
O desenvolvimento deve ser concebido a partir de vários elementos intrinsecamente ligados aos aspectos culturais que estão baseados na lógica das inter-relações e nos princípios de reciprocidade. Cada vez mais as discussões sobre desenvolvimento se preocupam com o capital social e aspectos culturais de uma comunidade.

2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ASSENTAMENTO AROEIRA

O Assentamento Aroeira está localizado no município de Chapadão do Sul, no Estado de Mato Grosso do Sul, a uma distância de 112 km da cidade (Figura 1).

A origem do nome vem devido à grande quantidade de árvores, de aroeira, que mais tarde se transformou em Fazenda Aroeira e que veio a ser desapropriada em 2001.

Figura 01: Mapa de localização do Assentamento Aroeira.



Fonte: Disponível no site: www.uniderp.br/Atlas/municipios. Acesso 18/08/2006

De acordo com o morador e proprietário da fazenda Três Marias, Anísio Mariano da Silva, 72 anos (Figura 2), nascido no local e morador vizinho da antiga fazenda Aroeira, surgimento da mesma ocorreu ainda nos anos de 1930, sendo o 1º dono e morador desse, 1

caboclo Valério, assim conhecido. Este vendeu a fazenda para Florízio Pinheiro Freitas que morou e foi dono por 30 anos, que a vendeu para um senhor da região de São Paulo, chamado e conhecido por Iraci, vendendo-a, mais tarde para outro paulista Jabiz Torres, quando foi desapropriada, em 2001. Hoje, o local ainda é conhecido como Aroeira, ou melhor, Assentamento Aroeira.

Figura 2: Anísio Mariano e esposa.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

O Assentamento Aroeira surgiu no dia 13 de julho de 2001, quando representantes do INCRA, vieram para a antiga sede da fazenda Aroeira (Figura 3) para fazer a divisão dos lotes de terras para 59 famílias que seriam beneficiadas por meio da distribuição feita em forma de sorteio. Primeiramente, foi sorteado o nome da pessoa e em seguida o número do lote que iria ser dono. Logo após a divulgação dos donos dos lotes, os futuros moradores se apressaram em tomar conta de seus lugares, ainda debaixo de seus barracos de lona construídos provisoriamente dentro de seus lotes, esperando os recursos do governo para a construção das suas casas. Muitos contam que a grande quantidade de mata existente nos locais em que iam morar, fez com que algumas mulheres temessem acompanhar os maridos, com medo das onças que rondavam a região.

Figura 3: Sede da Fazenda, no Assentamento Aroeira , no município de Chapadão do Sul, já reformada.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

O início da luta e a possibilidade de conseguir um pedaço de terra se deu bem antes do ano de 2001, que foi uma longa jornada de persistência. Conforme o relato do morador Ibani Martins de Souza, 58 anos e sua esposa Oliete Lázara da Silva, 55 anos, (Figura 4 e 5), o início ocorreu às margens do rio Indaiá, mas que logo passou para perto da fazenda Aroeira, isto é, no local mais conhecido como “passagem” (local de acesso à fazenda Aroeira) integrando um total de 12 famílias, onde ficaram num período de 4 meses, quando foram obrigadas, judicialmente, a deixarem o local.

Quando os mesmos se diziam desanimados surgiu à notícia em jornal local da possibilidade da desapropriação da fazenda Aroeira. As mesmas famílias, que continuavam na região, foram recebendo mais integrantes e passaram a acampar perto do lugar, distante uns 10 km, num local designado pelos moradores da região e vizinhos como “corredor”, (Figura 6, 7 e 8) por ser um local em que se costuma tocar as boiadas por essas estradas e devido às cercas das fazendas ao lado da estrada, fazendo uma espécie de corredor.

Figura 4: Ibani e Oliete, um dos pioneiros que integraram o grupo das 12 famílias.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 5: Ibani e Oliete, em frete a casa, no Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 6: Corredor, local onde as famílias ficaram acampadas.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 7: Resto de barracos de lona, local de início do acampamento.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 8: Uma das moradias dos acampados que resiste ao tempo.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

O número de assentados nesse local foi aumentando a cada dia que passava, chegando ao final de dois anos a um total de mais de 70 famílias, das quais somente 59 conseguiram um lote de terra. Devido à demora na desapropriação, o local ficou marcado por um vai e vem de famílias desistindo do acampamento e outras vindo para fazer parte do grupo. A luta por um pedaço de terra teve momentos tensos no local do acampamento, sendo que em alguns casos a polícia militar marcou presença para acalmar os ânimos dos assentados.

O início da organização da vida nos lotes de terra foi de grandes dificuldades, segundo o relato dos próprios moradores. A falta de água e luz fez aumentar ainda mais o sofrimento por essa conquista da terra e permanência nela. Sebastião Garcia da Silva, 55 anos, (Figura 9 e 10), conta que para construir a sua casa foi necessário puxar a água de carriola (carrinho de mão) por mais de 1 km todos os dias. Ressalta, ainda, a falta de recursos financeiros que tiveram nesse início e na demora da liberação dos mesmos para comprar vacas leiteiras e investir na infra-estrutura.

Por isso, o começo foi desafiador, tendo que cada um construir a sua casa, de acordo com os recursos liberados pelo governo. Algumas foram feitas em forma de mutirão. A dificuldade de abrir a terra, ou melhor, fazer o desmatamento e o beneficiamento, para transformá-la em pasto para gado e torná-la produtiva, uma vez que grande parte da fazenda se encontrava em mata fechada, dependendo assim da licença do Ibama para a liberação do

desmatamento do lote, já que foi criada a reserva legal permanente comunitária de 527 hectares. Também a necessidade da recuperação das partes já desgastadas com o tempo de uso.

Figura 9: Sebastião Garcia da Silva em sua casa.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 10: Sebastião e seus vizinhos em frente a sua moradia.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

A distância em relação ao centro do poder político, econômico e cultural do município de Chapadão do Sul, é uma outra dificuldade apresentada pelos moradores do Aroeira, sendo essa distância de 112 km pelas vias municipais e estaduais, MS 316, até a cidade. Essa dificuldade aumenta durante os períodos de maior precipitação pluviométrica, durante os meses de dezembro a março tornando as estradas não trafegáveis, chegando às vezes a formar poças d'água no meio da estrada, dificultando o tráfego por elas ainda mais quando for carro pequeno, mas a paisagem se torna compensatória com seu verde exuberante e cheio de vida (Figura 11, 12 e 13).

Durante o período de estiagem, as condições das estradas melhoram, e sendo a poeira que se torna uma constante nessas viagens. Já a vegetação fica ressecada e avermelhada as margens das estradas, devido ao acúmulo de pó e à falta de chuva. Mesmo assim, o caminho nos reserva belas paisagens e deslumbrantes cenários constituídos pela natureza.

Figura 11: Placa no caminho mostrando a localização do Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 12: Estrada municipal que dá acesso ao Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 13: Estrada estadual que dá acesso ao Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Utilizando-se de Chapadão do Sul como via de acesso, podemos observar, no início do nosso percurso, uma paisagem agrícola, com as plantações de milho, soja, girassol, algodão, sorgo, milheto e plantação de nabo como cobertura verde e cada uma com seu cheiro característico durante a sua floração. A atividade econômica do município é a agropecuária, que podemos observar após 30 km do trajeto, intercalando alguns espaços com a preservação da vegetação nativa, isto é, o cerrado ou mata ciliar dos rios e córregos. A região é conhecida pelos moradores do município como Paranaíba II, isso porque, antigamente, fazia parte do município

de Paranaíba, sendo uma das características principais da atividade econômica a criação de gado, de forma tradicional e extensiva, em sua maioria, sem preocupação com o melhoramento genético. A raça de gado predominante na região é o nelore. Em relação ao uso do solo predominam, ainda, as técnicas rudimentares, como a derrubada da mata para se fazer carvão e em seguida se joga a semente para a formação da pastagem. Em alguns casos se usa o calcário e as curvas de nível como forma de melhorar a qualidade do solo e evitar erosões, já que o solo é arenoso.

Encontram-se, ainda, no caminho frequentemente mata-burros (Figura 14), forma usada para se fazer a divisa das fazendas por onde passa a estrada ou a repartição de pasto. Estas estradas passam por dentro das fazendas devido as grandes extensões de terras que existem nessa região e são estas estradas que dão acesso ao Assentamento Aroeira. Os mata-burros são uma das opções usadas para se evitar o uso de porteiras ou colchetes nas divisas das fazendas. Pode-se registrar, ainda, pontes de madeira sobre os córregos e rios (Figura 15).

Figura 14: Mata burro, utilizado para fazer a divisão de pasto e impedir a passagem de animais.



Foto: Arquivo Municipal/abril/ 2005

Figura 15: Ponte sobre o rio Indaiá.

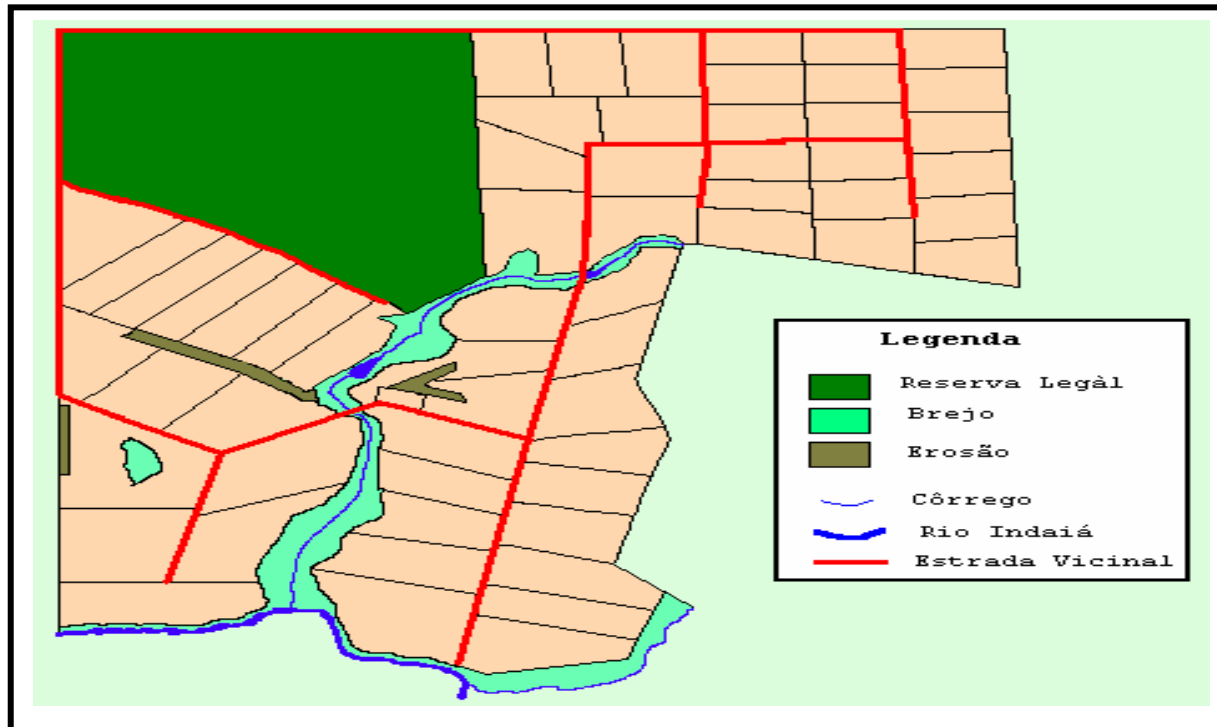


Foto: Arquivo Municipal/abril/ 2005

A fazenda Aroeira foi desapropriada no dia 13 de julho de 2001. É formada por um total de 2.648 hectares, que foi dividida em 60 lotes, com uma média de 32 hectares cada lote. Desse total, 527 hectares ficaram para reserva legal; 30 hectares para estradas vicinais; 132 hectares para preservação permanente ao longo das nascentes dos córregos e a beira do rio como mata ciliar e 7 hectares para o núcleo rural. Pode-se ver melhor esse ordenamento do assentamento na figura 16, reproduzida a seguir, a partir das visitas e com base em um antigo mapa de divisão dos lotes e ordenamento do Assentamento que foi usado para demarcá-los.

Destaca-se a constituição da reserva legal permanente, quase se encontra num dos locais mais altos do assentamento e que não possui nenhuma nascente de água. Optou-se por criar a reserva neste local devido à grande extensão da mata existente, deixando parte das nascentes e córregos desprotegidos de qualquer mata ciliar. Os efeitos da falta de preservação da mata ciliar podem ser observados nas Figuras 34 e 36 a seguir.

Figura 16: Mapa de ordenamento do Assentamento Aroeira.



O acesso ao Assentamento Aroeira é feito pela reserva legal, permitindo optar por duas estradas vicinais, uma à esquerda e outra à direita, que vão margeando a divisa com fazendas vizinhas (Figura 17 e 18). Se tomarmos por caminho a via da direita, para quem está chegando, encontraremos ao lado do morador do lote 54, um bar com uma mesa de sinuca para diversão e um mini-mercado com uma pequena variedade de produtos de primeira necessidade ao qual os moradores recorrem quando precisam. Em frente, foi feito um campo de futebol de chão batido, onde os jovens e adultos jogam bola nos feriados e finais de semana.

Figura 17: Início da reserva legal permanente do Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 18: Caminho de acesso pelo lado esquerdo da reserva legal



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

As casas dos moradores são feitas de alvenaria, seguindo o mesmo padrão para todos, com quatro cômodos, dois quartos, uma cozinha e sala e um banheiro. Devido à falta de condições financeiras de poderem melhorar a sua moradia, alguns moradores vivem de improvisar como pode-se observar na Figura 19, em que a caixa d'água é um tambor de plástico adaptado para esse fim. Em outros casos, as varandas são construídas de palha ou de lona. Quem possui melhores condições financeiras procura fazer modificações e ampliações da casa (Figura 20), de acordo com o seu próprio estilo, procurando criar uma identidade própria. Por outro lado, significa uma melhora na qualidade de vida dessas famílias e representa uma sustentabilidade econômica, resultado dos excedentes da própria terra.

Figura19: Modelo padrão da casa construída para todas as famílias.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura20: Casa com ampliação feita, com uma área



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Nos quintais, podemos encontrar plantas frutíferas como: mangueira, acerola, maracujá, mamão, (Figura 21), banana e a plantação de abacaxi, já muito mais comum perto das casas (Figura 22). Frutas comuns e tradicionais entre os moradores da região. Não há preocupação em vender os excedentes da produção como forma de gerar renda e reforçar o orçamento familiar.

Figura 21: Plantação de mamão num dos sítios.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 22: Plantação de abacaxi, entre o meio delas, pés de mangueira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Passando pelas estradas vicinais, pode observar-se as plantações de mandioca, (Figura 23), usada para alimentação dos animais como porcos e vacas. Somente uma família usa a mandioca para fazer a farinha de mandioca e o polvilho de forma artesanal, como forma de ajudar na renda familiar. A cana-de-açúcar (Figura 24) é usada como suplemento alimentar para o gado leiteiro durante o período da estiagem. Somente um morador comentou pretender usar a cana para fazer doces e rapaduras, mas que no momento não podia dar início a fabricação por falta de condições financeiras.

Figura 23: José Neto junto a sua plantação de mandioca.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 24: Plantação de cana-de-açúcar.



Foto: Jocelito Krug/março/2006

O capim napiê e capim indaiá, (Figura 25, 26) são variedades usadas pelos moradores, conhecidas popularmente por esse nome pelos moradores do Aroeira, durante o

Figura 25: Capim napiê.



Foto: Jocelito Krug/março/2006

Figura 26: Capim indaiá.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

período da estiagem, na complementação alimentar dos animais.

Registra-se, ainda, pequenas hortas para a produção de verduras, como pimenta, tomate, chuchu, alface, cheiro verde, geralmente próximas às casas, adubadas com o próprio esterco dos animais durante o período da estiagem até o início das chuvas mais intensas e um pequeno viveiro de mudas de eucalipto, entre outros, na casa do senhor Biu (Figura 27).

Em quase todas as casas existe a criação de galinhas caipiras, destinadas para o próprio consumo. A criação de porcos ocorre de forma tradicional, soltos pelos quintais. São poucas as casas em que os porcos são criados com maiores cuidados higiênicos e fechados, como se observa na Figura 28. Galinhas e porcos são criados para o próprio consumo soltos nos quintais, sem grandes cuidados.

Figura 27: Biu em seu pequeno viveiro de mudas.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 28: Criação de porcos.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

A divisa dos lotes é feita por cerca em arame liso, com a madeira aproveitada do próprio desmatamento, uma vez que a grande maioria dos moradores possui como atividade econômica a pecuária e a produção de leite.

Como existe a reserva legal permanente comunitária, é permitido aos assentados fazer o desmatamento de todo o seu lote, desde que tenham a licença do Ibama para isso. A madeira do desmatamento é usada para fazer benfeitorias no seu próprio lote, assim como fizera

divisa de cerca, construção de galpões, chiqueiro de porcos, galinheiro, etc., (Figura 30 e 31), podendo, ainda, vender as toras (Figura 29). Devido à grande quantidade de desmatamento, a produção de carvão se tornou uma das atividades econômicas mais rentáveis no momento, sendo várias as carvoarias existentes dentro do assentamento com essa finalidade (Figura 32).

Figura 29: Toras de Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 30: Galpão feito com madeira de Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 31: Cerca de divisa.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 32: Forno para fazer carvão.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

O sistema de abastecimento de água é realizado através de quatro poços artesianos, cuja água é armazenada em quatro reservatórios de 10 mil litros cada, que estão situados nos locais mais altos do assentamento, possibilitando água encanada a todos os moradores. Além disso, existe a abundância deste precioso líquido em quase todos os lotes, pelo fato de existir uma

nascente de um córrego dentro do assentamento e duas represas para a captação de água e termos, ainda, em outra parte do assentamento, o rio Indaiá Grande (Figura 33) como limites do Assentamento Aroeira e fazendo a divisa dos municípios de Chapadão do Sul e Inocência.

Figura 33: Rio Indaiá, com a mata ciliar, no município de Chapadão do Sul, MS.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Em uma das nascentes do córrego, onde foi feita uma das represas, registramos o rompimento da barragem de contenção d'água (Figura 34), ocorrida em janeiro do ano 2005, uma das conseqüência do desmatamento ocorrido às margens das nascentes, provocando as freqüentes erosões. Ao mesmo tempo, essa barragem servia de estrada vicinal para os moradores residentes da parte mais alta do assentamento, dificultando o acesso dos mesmos ao núcleo rural, que fica na sede da fazenda. Já em outro momento registra-se a barragem e a estrada vicinal reconstruída (Figura 35).

Ainda durante o período de chuvas, no mês de março, de 2006, as fortes enxurradas formaram uma erosão, causando o rompimento de uma outra parte da estrada vicinal, formando um túnel perto do local do primeiro acampamento das doze famílias. A força d'água foi tão forte que arrastou os tubos de água a alguns metros de distância (Figura 36). Nessa época do ano, é

comum a formação de buracos e erosões nas estradas provenientes das chuvas fortes, prejudicando o tráfego de veículos pelas mesmas (Figura 37).

Figura 34: Rompimento da estrada vicinal dentro do assentamento.



Foto Arquivo: Prefeitura Municipal Chapadão do Sul/fevereiro/2005

Figura 36: Rompimento da tubulação com a força da água.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/março/2006

Figura 35: Estrada vicinal reconstruída.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 37: Estrada cheia de buraco causada pelas chuvas de verão.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/março/2006

A casa da antiga sede da fazenda, que era a moradia dos donos, com o surgimento do Assentamento Aroeira passou a ser o núcleo rural. Hoje, o local é destinado para encontros e reuniões da comunidade. Devido ao seu tamanho e a capacidade de acomodação, ainda é usada como apoio para as pessoas que prestam algum serviço à comunidade e necessitam permanecer no local por alguns dias, por exemplo, os técnicos do Idaterra.

Parte das benfeitorias da antiga sede da fazenda estão sendo aproveitadas pelos produtores de leite para o armazenamento em tanques resfriadores de leite (Figura 38). O leite é recolhido todas as manhãs nas casas dos produtores postos em tambores, que são identificados pelo número do lote de cada um e transportados por meio de uma camioneta de um dos assentados (Figura 39).

Figura 38: Local onde é reservado o leite dos produtores.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Figura 39: Carro usado para recolher o leite na casa dos produtores.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Portanto, constata-se que a principal atividade econômica dos moradores do Assentamento Aroeira é a produção de leite, sendo que com a ajuda dos técnicos do Idaterra, estão procurando melhorar e aperfeiçoar as técnicas da sua produção.

Entre as primeiras melhorias que foram feitas, destaca-se a correção do solo com adubo químico (calcário), pois sendo um solo bastante desgastado e cheio de erosão, tornou-se necessária a recuperação do mesmo em algumas partes dos sítios. As curvas de nível e técnicas de manejo do solo foram uma das soluções para evitar as novas erosões, além da cobertura verde, por meio de pastagens.

Observa-se a pastagem durante o período das chuvas em solo já recuperado e que serve de alimento para o gado, em especial as vacas leiteiras (Figura 40).

Para complementar a alimentação dos animais durante o período da estiagem os moradores e produtores de leite são incentivados a plantar cana-de-açúcar e capim.

Figura 40: Terra recuperada com pastagem.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/março/2006

Pode-se verificar que o método de produção de leite é tradicional, isto é, comum e usual na região. O bezerro fica junto à vaca durante o dia todo, quando é apartado ao final do dia, sendo apartado a noite, ficando isolado da vaca. Tira-se o leite no dia seguinte e deixa-se, novamente, o bezerro junto à vaca. Essa forma de produção de leite não oferece boas condições de higiene.

A alimentação para o gado leiteiro não é a mais adequada, por isso, durante o período da estiagem a produção é reduzida consideravelmente, devido à falta de condições e estrutura adequada. Esse método de produção é a forma mais usual que os produtores se utilizam para fazer o manejo do gado leiteiro sem nenhum complemento alimentar, só em casos de

estiagem prolongada. Isso leva a entender que essa forma é um hábito natural e comum entre os assentados.

Diante das propostas de mudanças na produção de leite, por parte das entidades responsáveis, muitos assentados apresentam dificuldades em atender as novas exigências e regras no manejo do gado leiteiro, argumentando não terem condições financeiras para se adequar às novas formas. Vale lembrar que o padrão genético do gado de leite é bastante inferior aos padrões nacionais, uma vez que os moradores compraram o gado na mesma região que tem por tradição não criar gado leiteiro. Portanto se registra a mistura de raças sendo um gado impróprio para a produção de leite, como podemos observar na Figura 41.

Figura 41: Gado leiteiro dos assentados e galinhas de angola.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/maio/2006

Para as atividades sociais e culturais da comunidade foi construído um pequeno salão comunitário para reuniões, encontros, festas, no núcleo rural que durante a semana, também, é usado para as aulas do Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova) (Figura 42 e 43).

Em relação às atividades educacionais, como foi mencionado anteriormente, existe o Mova para a alfabetização das pessoas adultas. As crianças em idade escolar de 1ª a 4ª série freqüentam a aula na Escola Municipal Lagoinha II (Figura 44), a uma distância de 12 km. O acesso a esta escola é feito por meio de transporte escolar.

Figura 42: Salão comunitário.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/março/2006

Figura 43: Interior do salão, comunidade reunida com o prefeito municipal e secretários. Ao fundo lousa usada para as aulas do Mova.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/março/2006

Para diminuir a distância a ser percorridos pelos alunos freqüentarem a escola, a prefeitura municipal de Chapadão do Sul iniciou a construção de uma escola no próprio Assentamento com quatro salas de aula e uma cozinha com refeitório para atender crianças em idade escolar de 1ª a 4ª série e pré-escola (Figura 45).

Figura 44: Escola Lagoinha, local em que os alunos estudam atualmente.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/setembro/2006

Os alunos com idade escolar de 5ª a 8ª séries, freqüentam as aulas na Escola Municipal de Indaiá do Sul, município de Cassilândia, a uma distância de 75 km. Já os alunos com idade escolar de nível de Ensino Médio estudam nas escolas estaduais, Jorge Amado e Augusto Krug Netto, em Chapadão do Sul, a uma distância de 112 km.

Para as famílias do Assentamento Aroeira se deslocarem para a cidade e fazer suas compras mensais ou resolver assuntos pessoais, a prefeitura municipal de Chapadão do Sul, colocou à disposição dos assentados, dois ônibus para atender essa necessidade quinzenalmente.

Não se registra nenhuma construção comunitária para as atividades religiosas, apesar da grande maioria se declarar católicos. Mas verifica-se nas casas a presença religiosa, por meio de imagens, quadros ou Bíblias, que mostram a identidade religiosa. Fala-se na construção de uma capela ou igreja, mas devido à dificuldade de organização não conseguem viabilizar essa construção. Quando há encontros religiosos, a participação é pequena. Somente há o registro de uma pequena capela construída no lote de um dos moradores.

Figura 45: Construção da escola municipal no Assentamento Aroeira.



Foto: Mauro Mallmann Arenhardt/setembro/2006

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As visitas foram realizadas em cinco etapas, em períodos e épocas diferentes. A segunda visita foi a mais longa, de quatro dias, e de maior importância para a coleta de dados. Durante a visita nas casas dos moradores do Assentamento Aroeira, tive o acompanhamento de um técnico do Idaterra (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência e Extensão Rural de MS), devido o conhecimento das pessoas do local e das famílias.

Durante essa visita foram preenchidos 54 formulários, de um total de 59 famílias. Cinco famílias não se encontravam em casa por várias razões, entre elas, estavam trabalhando em fazendas vizinhas ou tinham viajado.

A composição populacional do Assentamento Aroeira pode ser caracterizada da seguinte forma: O número de pessoas que fazem parte das famílias, com 2 a 4 membros é de 61%. As residências, que compõem os lares de somente 2 membros é de 27%, sendo este o maior número de residências. As residências que possuem 4 membros por lar (de família) formam um total de 22% e o percentual de pessoas que moram sozinhas é de 15%, superando o número dos lares que é composta de até 3 membros (Gráfico 1).

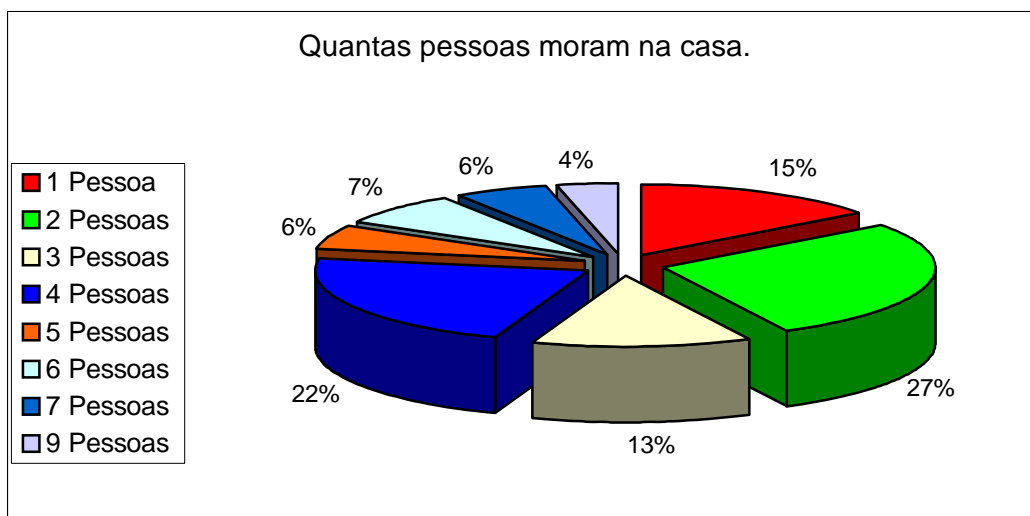


Gráfico 1: Número de pessoas por família

Somando-se o total das pessoas, entre adultos, jovens e crianças, chega-se a uma média total de 190 pessoas, sendo a metade dela formada de jovens e crianças. Pode-se compreender que as famílias formadas por dois membros são em grande parte casais com idade acima dos 45 anos, pessoas que vêem a terra como um lugar de descaso e de vida tranqüila, onde não precisando mais dos favores dos outros para morar. E que possam passar o resto da vida no local.

Essa realidade foi observada, na pesquisa feita por Ribeiro (2003), no Assentamento Paraíso, no município de Terenos, MS, em que as famílias com idade acima dos 41 anos chega a ser 59% do total. Arakaki (2004), no Assentamento Andalucia, Nioaque, MS, em seu trabalho observou uma realidade semelhante, com um percentual de 34,78%, entre a idade de 36 a 50 anos e 32,61%, com idade acima de 50 anos. Estas famílias com mais idade estariam em busca de seguridade e tranqüilidade e menos propensos a promover projetos com maior duração e risco. Pires (2002), também constata que as pessoas assentadas em seu trabalho de pesquisa, Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porá, uma carência de qualificação real em relação a uma mão-de-obra mais qualificada, dificultando uma exploração mais racional de cada lote dos assentados. Sugere, então, a necessidade de qualificação com a participação efetiva do governo e órgãos competentes. Assim como, nos demais assentamentos pesquisados a idade da grande maioria da população varia entre 40 a 60 anos.

A concepção de produção e de trabalho passa a ser uma necessidade de sobrevivência e como meio de ter uma renda mínima para esse estilo de vida. A pecuária e a produção de leite passam a ser as atividades predominantes para este estilo de vida, que caracteriza uma atividade econômica de subsistência e sem a necessidade de introduzir técnicas mais modernas de produção. É aquilo que Reis (2002) define como perpetuamento da auto-suficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho, condizentes com o modo de produção capitalista, sem grandes planos de vida futura, com pouco envolvimento nas questões comunitárias. Esse estilo de vida “revelam uma forma de socialização e sobrevivência caracterizadas por soluções mínimas” (REIS, 2002, p.42).

Esse modo ou estilo de vida pode ser percebido nas conversas quando perguntados sobre os seus filhos ou até netos. Eles dizem que estes se encontram trabalhando em fazendas da região ou morando na cidade, da mesma forma como acontecia no tempo em que não tinham a terra. Já referente aos 15% das pessoas que moram sozinhas, são na grande maioria que deixaram a família na cidade, trabalhando, já que, por enquanto o sítio não garante a sobrevivência da mesma. Em alguns casos vivem improvisando tudo, inclusive a própria mobília de casa.

Os lares que são formados por 4 membros ou mais, são famílias que moram com os filhos e são de formação mais jovem. Estes são os que possuem um desejo maior de organização comunitária e de mudança de vida, isto é, desejam uma prosperidade econômica e social maior. Devido às dificuldades de econômicas e de se manter com os rendimentos do sítio, buscam complementar o orçamento familiar por meio de serviços temporários nas fazendas vizinhas ou serviços na região.

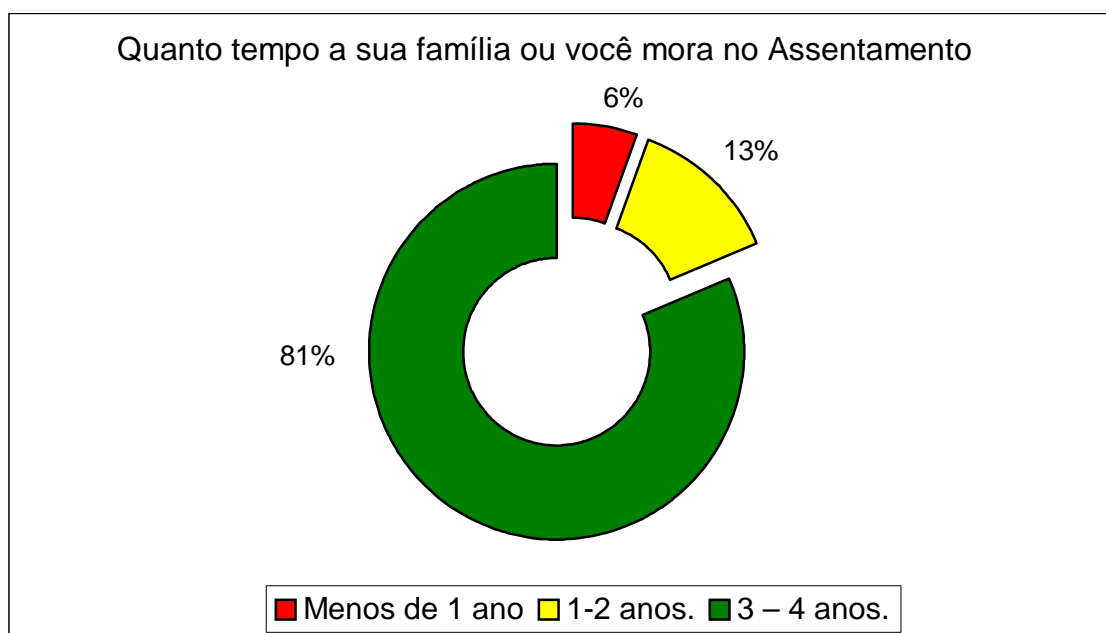


Gráfico 2: Total de famílias que moram no Assentamento Aroeira, no município de Chapadão do Sul, MS

As dificuldades financeiras ou a falta de identidade com o grupo fez com que muitas famílias desistissem. Isso pode ser observado a cada ano que passa. No ano de 2003 somente

duas famílias tinham abandonado as terras ou trocado por um outro objeto de valor. Hoje, esse número chega a 10 famílias que já se mudaram. Isso demonstra que as suas expectativas não foram atendidas levando-as a desistir da propriedade. As pessoas que vão morar no lugar delas, geralmente são pessoas de condições financeiras um pouco melhores e que têm parentes ou amizade com alguém que já mora no assentamento.

O total de famílias que moram no Assentamento Aroeira desde o início do seu surgimento é de 81% (Gráfico 2), mas deve-se considerar os que não gostam de morar neste local, os 6% (Gráfico 3), que são candidatos a também irem embora. Ao somarmos o total de desistentes 19% mais os 6%, que não gostam de morar no local chegaremos a um total de 25% de desistentes depois de quatro anos e meio de existência do assentamento. As principais causas das desistências são as dificuldades financeiras, de relacionamento e de identidade com as demais pessoas da comunidade.



Gráfico 3: O total de pessoas que gostam de morar no Assentamento Aroeira, no município de Chapadão do Sul, MS

As pessoas que conseguiram um lote de terra passaram por uma pré-seleção. A terra foi dada pela ordem de inscrição das famílias, isto é, as que estavam devidamente filiadas ao

sindicato da categoria representado pela FETAGRI¹(2006). Um dos impedimentos para não ser beneficiado era ser funcionário público.

Hoje, já com cinco anos de existência do Assentamento Aroeira, os moradores possuem água encanada e energia elétrica. No entanto, os mesmos moradores do assentamento carecem de uma falta de organização comunitária para lutar ou reivindicar objetivos comuns, destacando aí a falta de entendimento sobre assuntos relacionados à realidade cotidiana, ou seja, assuntos comunitários. Encontram dificuldade de estabelecer um diálogo entre os participantes das reuniões.



Gráfico 4: Grau de confiança entre as pessoas do Assentamento Aroeira

A concepção de organização social marcada por um comportamento autônomo e individualizado, sem necessidade de depender dos outros, é uma das características marcantes dos fazendeiros ou pecuaristas da região. Essa concepção de organização social passou a fazer

¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS (FETAGRI). Tem por finalidade, o estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e de colaborar com o desenvolvimento institucional.

parte dos moradores do Assentamento Aroeira, a partir do momento em que passaram a viver juntos.

A experiência de viver em comunidade passou a ser a primeira para a grande maioria dessas pessoas, a partir do surgimento do Assentamento, uma vez que a maior parte viveu no contexto sócio-cultural dos fazendeiros e pecuaristas da região em que os relacionamentos estão fortemente centrados no agir individual de cada um e de forma verticalizada. Esse modo de organização social não foi possível de ser aplicado aos moradores do Assentamento Aroeira, isto é, cada um viver a vida do seu modo, sem precisar do outro. Devido às circunstâncias tornou-se necessária a criação de relacionamentos horizontalizados, e em torno de objetivos comuns relacionados por meios de produção e a busca de beneficiamentos para todas as pessoas.

De acordo com os moradores, durante as entrevistas feitas e conversas informais, a falta de confiança entre os próprios membros da comunidade é algo muito visível e perceptível. Quando perguntados durante as visitas em suas casas, se confiam nas pessoas da comunidade, ou melhor, nos moradores e vizinhos do assentamento, a grande maioria respondeu, sendo que 53%, diziam que confiavam pouco, 19% muito pouco e 13% não confiavam, quando envolvia assuntos relacionados à organização da comunidade ou atitudes de cooperação (Gráfico 4).

Se somarmos os que confiam pouco, muito pouco e não confia pouco teremos um percentual de 87% das pessoas que de algum modo não confiam nos membros ou vizinhos do assentamento. A ausência de credibilidade entre os moradores leva a estabelecer comportamentos personalizados, individualistas e autônomos. “Onde a desconfiança impera, as instituições são frágeis, e isso inviabiliza não só a democracia como também o desenvolvimento econômico” (D’ARAÚJO, 2003, p.32).

O fato de não existir o compartilhamento de valores e normas que geram confiança acaba afetando não só as relações pessoais dos moradores, mas a própria questão econômica do grupo. Segundo Fukuyama (1996), as normas, valores, costumes, hábitos possuem a sua fonte de compartilhamento a partir da religião, da tradição e da história. Como essas fontes de

compartilhamento estão muito fragilizadas, fica difícil conceber uma melhora da confiança num espaço de tempo pequeno, sendo que os valores religiosos são pouco praticados coletivamente e quando acontece alguma atividade religiosa a participação é mínima, sendo que, enquanto, não existe nenhuma igreja construída. Os valores tradicionais observados são os de predomínio particular, num agir individual de cada um, de acordo com seus preceitos. A história coletiva dos moradores começou a ser construída a partir de 2001, com o início do Assentamento.

Segundo Bourdieu (1980, apud D'ARAUJO, 2003, p.25), o capital social é o “agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições”. Por meio desses dados, da falta de confiança, podemos observar que os índices de capital social entre os moradores do Assentamento Aroeira são bastante baixos o que acarreta prejuízos para todos os moradores.

Isso é percebido quando Anísio Mariano, morador vizinho do Assentamento Aroeira, referiu-se ao passado como um tempo em que as pessoas se ajudavam em forma de mutirão, na capina do milho, arroz ou na colheita e ao se reportar aos moradores do Aroeira, no presente. Lamenta a perda desses valores, que seriam importantes para a sua organização comunitária e que se traduz em falta de união e de um agir e proceder egoísta dos moradores. Reis afirma que “o mutirão foi largamente praticado em toda zona rural do estado, representando para o roceiro: benefício, auxílio, obrigação moral de retribuir a ajuda e também uma dimensão lúdica: a festa” (REIS, 2002, p.46), em que os valores como: liberdade, amizade, compadrio eram fundamentais para esse tipo de cultura.

A perda da obrigação moral e ajuda mútua cedeu lugar à desconfiança que está relacionada à falta de associativismo comunitário para poderem compartilhar valores e normas morais. Segundo Fukuyama (1996), a confiança só ocorre quando uma comunidade compartilha um conjunto de valores morais de forma tal, que cria uma expectativa de comportamento equilibrado e honesto.

A desconfiança não gera a expectativa de que os outros vão agir honestamente ou de forma cooperativa em relação aos seus membros, quando estiverem à frente da comunidade.

Revela que as pessoas do Assentamento Aroeira não confiam em seus vizinhos ou membros por terem estas expectativas frustradas durante o início da construção da comunidade, ou por não compreenderem o processo de construção de uma comunidade, baseada em valores morais que gerem confiança por parte daqueles que dela participam. A falta de honestidade e cooperativismo faz com que as pessoas olhem para os seus vizinhos com desconfiança.

A desconfiança entre os próprios membros da comunidade, o não envolvimento em questões comunitárias e a carência de boas relações com vizinhos ou membros da comunidade caracteriza o predomínio de um comportamento individualizado em que a posse da terra significou uma independência econômica e de autonomia em relação ao coletivo, que se refletiu dificuldade de organização, prosperidade econômica e de desenvolvimento numa perspectiva de melhora na qualidade de vida das pessoas no aspecto comunitário. Isso implica na dificuldade em estabelecer uma identidade cultural que os identifique como indivíduos que fazem parte de uma determinada organização, que possui valores, costumes e hábitos que são compartilhados coletivamente.

A desorganização comunitária é sentida pelas próprias pessoas ao compreenderem que se fossem unidas possuiriam mais força e poder para reivindicar melhorias. A falta de confiança e de boas relações, assim como a desunião é ainda influenciada por uma política econômica capitalista em que é priorizado o individualismo como forma de superar as dificuldades e os desafios da vida. São sinais de ausência dos estoques de capital social, gerando obstáculos para a organização comunitária, uma vez que o mesmo reside e se constrói a partir das relações sociais.

No entanto, a ausência de confiança está ligada, ainda, a fatores como, por exemplo, a própria formação cultural. De acordo com a pesquisa, a grande maioria que não confiava nenhum pouco nos outros moradores da comunidade, eram pessoas com baixo grau de estudo e, conseqüentemente a compreensão sobre os assuntos tratados para o interesse de todos eram limitados. Quando no começo era necessário assinar documentos para a legalização e para adquirir recursos de investimento e beneficiamento dos lotes para cada morador, os técnicos do Idaterra solicitaram a assinatura de cada morador para que a liberação dos recursos para que a

compra de vacas leiteiras, pudesse ser efetuado, gerou uma desconfiança por parte de algumas pessoas, e que passaram a criar resistência para não assinar os documentos referentes a um valor em torno de R\$ 12.000,00 achando que podiam ser enganadas ou que estavam sendo usadas para alguém pegar o dinheiro em seu nome. Um dos principais obstáculos que gerou desconfiança foi a falta de compreensão e por nunca terem trabalhado com sistema de crédito bancário e por não saberem ler e nem escrever.

Com o objetivo de construir um desenvolvimento sustentável para os agricultores e visando o aumento e a diversificação da produção e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, o governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e com Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF², 2006), libera recursos financeiros por meio do sistema de crédito, como uma forma de ampliar os investimentos dos pequenos agricultores. Pode ser visto, também, como uma maneira de disseminar a responsabilidade ao estimular nos pequenos agricultores ou nas organizações (associações cooperativas) a necessidade de estabelecer compromissos participativos e descentralizados. Ao estabelecer uma relação econômica cria um compromisso social e a “própria relação com o sistema de crédito é de natureza a disseminar o clima de confiança necessário à formação de novos negócios, uma vez que a inadimplência é muito baixa contrariando as situações em que se estreita o âmbito de relações que compõem a vida do agricultor” (ABRAMOVAY, 2000, p.10), além de aumentar a capacidade de investimento no sítio.

Segundo Abramovay (2000), uma das características centrais que dificulta os assentados é a falta de capacidade de articulação com outros atores e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Isso é consequência do baixo grau de estudo e da dificuldade das pessoas entenderem e compreenderem as realidades mais complexas do funcionamento das organizações das instituições sociais e financeiras, tanto quanto as instituições públicas. Por exemplo, como se exige dos próprios assentados o conhecimento de normas e leis para adquirir crédito bancário e a dificuldade de nunca ter trabalhado com o sistema bancário.

² O Pronaf é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. O Pronaf adotou a gestão social como base de suas ações. Ao municipalizar a sua atuação, os agricultores e suas famílias tornam-se os verdadeiros atores do Programa, gerando as demandas e as soluções necessárias à realização de seus objetivos.

Existe, ainda, a concepção de que, quem vai se dedicar à atividade agrícola não precisa ter estudo, mas somente vocação para a atividade agrícola, baseada na força do hábito e costume, passado de pai para filho, de que interessa sobre a prática cotidiana de fazer as coisas, dissociando o trabalho do conhecimento no cotidiano agrícola. Isso se reflete na dificuldade de abertura para as constantes mudanças que sofremos no mundo político e econômico. Os assentados são vistos como pessoas com dificuldade de abertura para poderem desenvolver as suas próprias potencialidades locais.

O agricultor possui uma relação muito íntima com a natureza física, a terra, o espaço ou o lugar que é transformado num depositário de lembranças que o mantém esperançoso. De acordo com Tuan (1980, p.113), “a sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas, apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar”.

Uma das dificuldades observadas na pesquisa foi a capacidade de criar uma organização comunitária consistente e que inspire confiança, credibilidade, cooperação e ajuda mútua entre os membros. Essa dificuldade de se estabelecer um relacionamento interpessoal de confiança pode ser observado (Gráfico 3), quando os moradores foram perguntados se confiavam nas pessoas da comunidade. Os resultados obtidos refletem um baixo índice de confiança entre os moradores e os membros da comunidade.

De acordo com Baquero (2003, p.96),

a existência de confiança não só cria um ambiente de credibilidade e, consequentemente, de legitimidade, como fortalece o contrato social. A ausência desse elemento gera tensão permanente e instabilidade social que, no máximo, pode aspirar a uma democracia instável em que mecanismos de engenharia institucional não raro parecem medidas casuísticas e descontextualizados.

Pode-se entender, ainda, que como não se estabeleceu um certo grau de confiança entre os moradores do Assentamento Aroeira, que é a base para se construir o capital social e se requer, ao mesmo tempo, relações de interação, compreensão, partilha e solidariedade para um

fim último, que é a coesão social, isso dificulta estabelecer esses princípios básicos para o surgimento de uma comunidade.

A desconfiança é um dos fatores que mais se apresenta, a ponto dos casos de roubo de coisas e objetos entre os vizinhos e moradores do assentamento serem comuns.

Isso reflete, ainda, na pouca participação das pessoas nas reuniões comunitárias e na ausência de cooperação para o trabalho comunitário e na falta de solidariedade. Sendo a confiança, segundo Fukuyama (2000, p. 28), um lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização, a falta desse lubrificante (a confiança) gera desconfiança que impede uma organização maior por parte dos membros integrantes da liderança, inviabilizando uma organização democrática e a geração de desenvolvimento econômico sustentável.

Uma vez que todos desconfiam de todos e quando as pessoas integrantes de uma comunidade não vivem um relacionamento de honestidade, reciprocidade, cooperação e ajuda mútua, isso leva as mesmas a buscarem na família ou no círculo de parentesco a confiança que desejam para o seu relacionamento, pois, “quando a desconfiança é grande, os indivíduos tendem a se proteger na família, na parentela” (D’ARAUJO, 2003, p.36).

Isso demonstra que no Assentamento Aroeira as pessoas buscam estabelecer relacionamentos muito mais confiáveis com seus vizinhos de confiança, já que o grau de parentesco entre os moradores é pequeno, gerando um individualismo localizado. É comum ouvir falar dos moradores que não participam da comunidade e das reuniões porque “lá (nas reuniões) ninguém se entende”, ou “não dá pra confiar em ninguém, por isso não participo das reuniões”.

A falta de confiança pode ter as suas razões sociais, culturais ou econômicas, devido à multiplicidade cultural gerada pelos fluxos migratórios que aconteceram, no Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1980 e 1990, fruto da expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. Pessoas de vários lugares do Brasil foram atraídas para essa região do Bolsão, especificamente Chapadão do Sul, por emprego e melhoria nas condições de vida. Muitas dessas pessoas, hoje,

fazem parte do Assentamento Aroeira. Essa multiculturalidade se reflete na organização social, econômica e comunitária. Portanto, é preciso antes de tudo, ter uma preocupação em fortalecer os laços sociais e culturais da comunidade, por meio de projetos que possam ser geradores de capital social que, conseqüentemente, vão gerar uma melhora na qualidade de vida e desenvolvimento econômico sustentável, a partir da valorização das potencialidades culturais.

“Na maior parte das vezes o município é uma unidade administrativa pouco adequada para gerir a rede de relações necessárias ao desenvolvimento territorial” (ABRAMOVAY, 2000, p.11) nos assentamentos, por conceber o poder político na perspectiva clientelista, sendo a retribuição ou a gratidão dada pelos favores concedidos pelo voto. Isto é um dos problemas para se elaborar projetos de desenvolvimento local que possam ultrapassar a concepção política e que possam criar novos laços de confiança e cooperação entre os assentados.

Portanto, “construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica” (ABRAMOVAY, 2000, p.13).

Cabe aos estados e municípios estabelecer mecanismos de participação das pessoas na comunidade, como sendo a condição fundamental para se alcançar desenvolvimento. “O papel do município neste processo deve ser de liderança para se converter assim em motor de desenvolvimento do território que se compete, num gerador de oportunidades para seus habitantes” (RIVERO-IWASITA, 2001, p.40). Ávila fala da formação da própria comunidade como necessidade de se criar condições adequadas para o desenvolvimento local.

[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos – e não o inverso –, agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade (ÁVILA et al. 2000, p.75).

A localidade do Assentamento Aroeira possui dificuldades de se desenvolver por conta própria, devida a não consciência e compreensão das pessoas entenderem que o processo de construção e desenvolvimento de uma comunidade local se dá a partir do compartilhar das

relações individuais e coletivas, num constante jogo dialético em que o agir individual se confunde com o agir coletivamente ou vice-versa e por não proporcionar momentos de convívio social mais intensos.

Portanto, o fortalecimento do capital social deve ser uma das respostas para a organização e o desenvolvimento da comunidade. Pois, segundo Putnam (1996), o capital social facilita a cooperação espontânea, que pode ser criado por meio de laços cooperativos como: grupos de lazer, clubes de esportes, grupos de manifestação religiosa, etc. Para Coleman (1990), o capital social no seu aspecto individual, gera uma integração social do indivíduo, gerando comportamentos mais confiáveis; no plano coletivo o capital social ajuda a manter a coesão social pela obediência às normas e leis (apud KLIKSBURG, 2001, 117).

Pode-se observar que os meios que ajudam a formar o capital social são visto como fracos, já que o compartilhar comunitário se encontra limitado nas relações sociais, tidas como mínimas ou necessárias para poder estabelecer o convívio social e comunitário. O baixo índice de capital social pode ser reflexo dos antecedentes do Assentamento Aroeira, quando as famílias ainda moravam debaixo dos barracos de lona. A própria política governamental da desapropriação de terras é lenta e morosa e não gera confiança por parte das pessoas envolvidas no movimento de luta pela terra, nesse caso os acampados que moravam no corredor.

A própria luta por um pedaço de terra gerou um individualismo e uma competição, muitas vezes, desleais entre os próprios acampados, sendo que, do total de 70 famílias somente 59 conseguiram terra.

Vale lembrar que a composição do acampamento incluía vários grupos de pessoas, vindas de lugares diferentes que se refletiu na dificuldade de integração, cooperação entre os mesmos. Hoje, os grupos são constituídos em sua grande maioria por 3 cidades de origem: Chapadão do Sul, 55%; Cassilândia, 28% e Costa Rica, 9% (Gráfico 5).

Essa diversidade cultural de que é formado o Assentamento Aroeira, pode ser visto como um dos obstáculos para uma maior integração entre as pessoas, já que cada grupo de origem possui sua própria concepção cultural de acordo com o meio em que viveu.

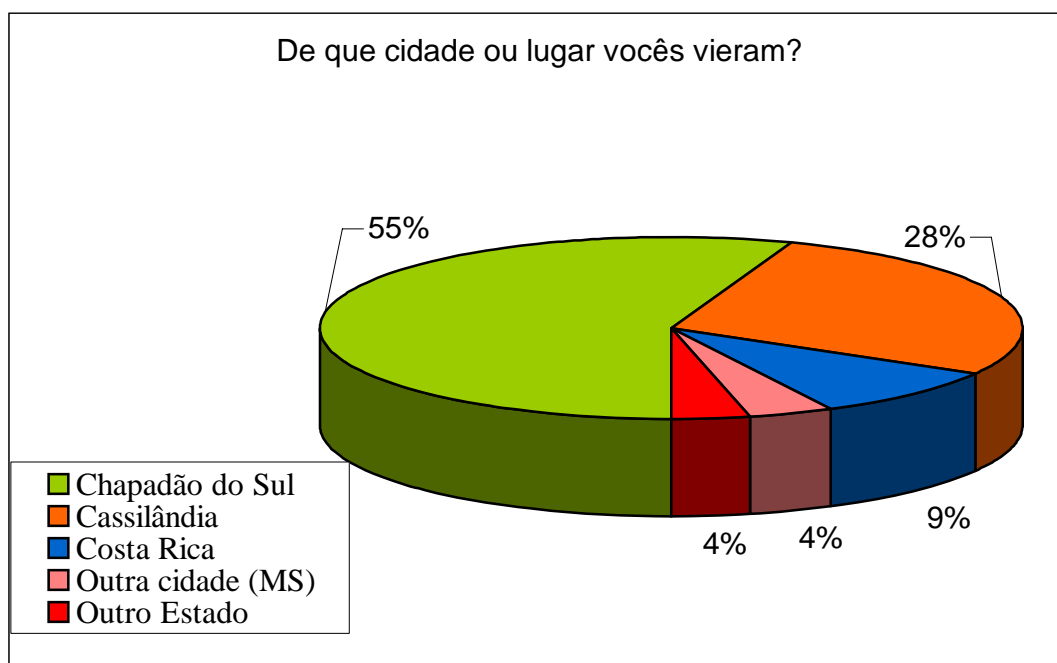


Gráfico 5: Local de origem das pessoas do Assentamento Aroeira

Isso denota uma composição cultural diversificada, de pessoas com particularidades e características próprias de cada lugar de origem, com hábitos, costume e tradições que fundamentam a sua identidade e que se tornam formas particulares de viver e de pertencer a um determinado grupo. Essa identidade fica bem clara quando as pessoas falam da sua origem, isto é, que ela faz parte do grupo de Chapadão do Sul, Cassilândia ou Costa Rica e durante o sorteio dos lotes não se levou em consideração essa realidade, separando todos os grupos, gerando dificuldades de relacionamento de cooperação, ajuda e de solidariedade.

Apesar da grande maioria serem de origem rural, mesmo assim cada um possui sua maneira própria de conceber a realidade social, ambiental e de cultivar a terra. Quando é preciso escolher objetivos comuns de produção econômica e de renda são levadas em consideração todos

esses elementos. Portanto, como existe a vocação de trabalhar com a pecuária e a produção de leite elegeu-se essa atividade como a principal atividade econômica.

Quanto à vocação de trabalho, antes de vir morar no Assentamento Aroeira, a grande maioria, 69%, trabalhava em fazendas e sítios e os que moravam na cidade eram 31% (Gráfico 6).

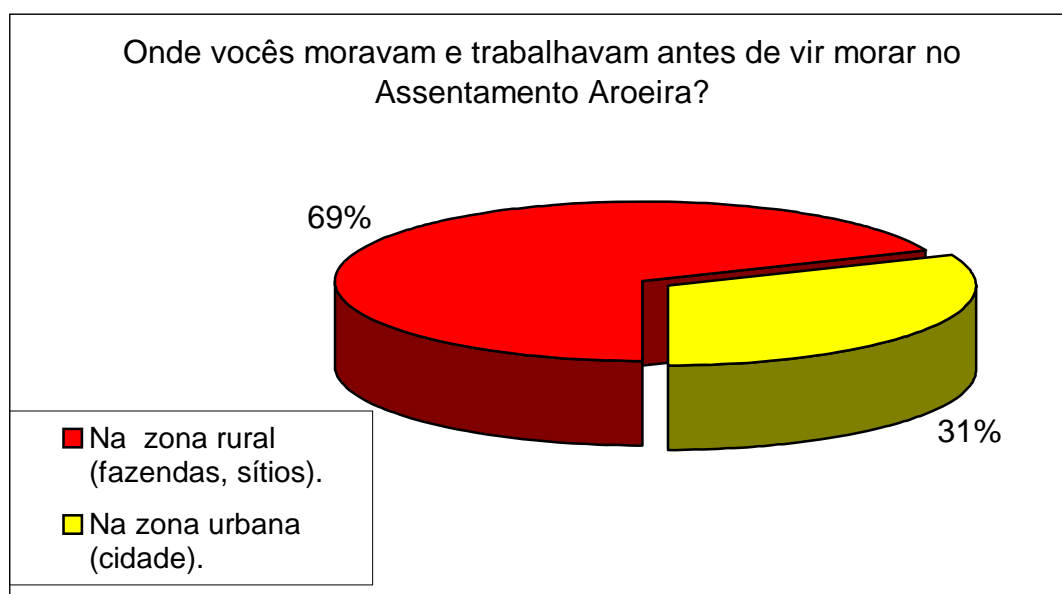


Gráfico 6: Lugar em que os moradores trabalhavam antes de vir para o Aroeira

Quanto ao emprego, uma grande parte tinha serviços temporários em condições não muito boas, isto é, bóias-frias, autônomos, bicos, mascates, etc. Somando-se a isso, a pouca formação educacional dessas pessoas, na sua grande maioria com 4 anos de estudo. No ano de 2003, havia um certo número de pessoas analfabetas, mas com a implantação do Mova, a partir de 2004, esses números caíram consideravelmente. Agora, com a construção da escola no próprio assentamento e que deverá estar concluída em 2007, serão utilizadas as instalações e a estrutura para as aulas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) para os moradores que queiram estudar. Num total de 98 pessoas, 14% eram analfabetas (Gráfico 7 e 8).

Essa realidade, também, foi observada por Ribeiro (2003), no Assentamento Paraíso, município de Terenos, MS, ao fazer o levantamento das famílias de acordo com o grau de estudo. Quanto ao nível de escolaridade, 14% nunca freqüentaram escola, 48% declaram que estudara até a 4ª série do ensino fundamental e 27% estudaram até 5ª a 8ª série. Conclui-se que a média de estudo das famílias que compõem os assentamentos rurais, em sua grande maioria, não ultrapassa os 4 anos do ensino fundamental.

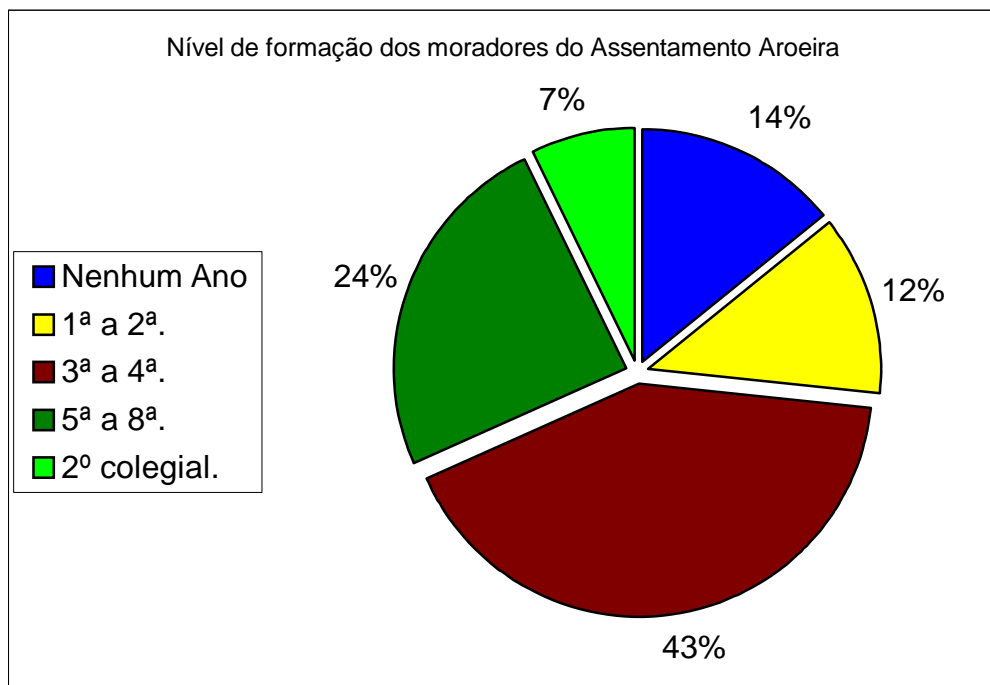


Gráfico 7: Nível de estudo dos moradores do Assentamento

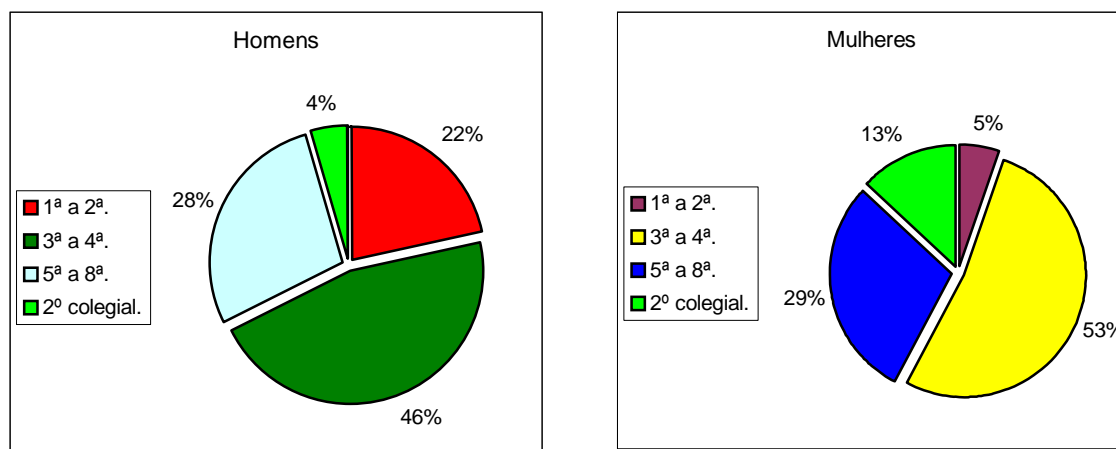


Gráfico 8: Comparativo sobre a formação dos homens e das mulheres

O que pode ser percebido, ainda, que a grande maioria nunca participou ativamente de uma comunidade ou exerceu um cargo de liderança ou coordenação. As relações de interação social sempre aconteceram em nível de patrão-empregado, marcadas pela dependência e não pela autonomia, forma verticalizadas.

Quando ocorreu a necessidade de se auto-organizarem, encontraram muitas dificuldades e limitações em estabelecer relacionamentos horizontalizados, em torno de objetivos comuns para o grupo, refletindo na falta de confiança e cooperação com os líderes comunitários, sendo os mesmos tinham dificuldade em aceitar idéias ou sugestões que fossem contrárias às deles, resultando em discussões, conflitos e debates sem procedência e gerando até agressões físicas, como se verifica até hoje, embora em menor proporção.

A concepção de comunidade, segundo Tönnies (1973), é marcada pelas relações em que prevalece a confiança e a intimidade e predomina o sentimento de pertencer a um grupo, o que personifica quando esta vida em comunidade for acompanhada pelos sentimentos de compreensão e partilha. Partimos da concepção de que as relações pessoais e interpessoais que se estabelecem no Assentamento Aroeira não são relações que favorecem a criação ou a formação de uma comunidade, idealizada nesses princípios e valores. A comunidade é o lugar onde a ação social se estabelece por meio das ligações emocionais e predomina a solidariedade, a cooperação entre os seus membros, isto é, “a comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da violação” (NISBET, 1977, p. 255). É necessário, antes de tudo, estabelecer condições para que estes princípios e valores possam ser criados ou construídos a partir do sentimento de pertencimento a um grupo e permanência no local, imprescindíveis para desenvolver as potencialidades econômicas, culturais e sociais em torno de um projeto comum.

A comunidade é um dos únicos espaços privilegiados para as práticas e as iniciativas sociais. “O desenvolvimento local reforça as comunidades, dinamizando suas potencialidades, mas para que isso seja possível, é necessária a reunião de diversos fatores. O grau de educação da população é fundamental para se dispor de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios” (MARTINELLI E JOYAL,

2004, p.53). Portanto, o grau de formação e a participação ativa das pessoas são tão necessários quanto os princípios e valores de confiança, solidariedade e cooperação para se poder valorizar os recursos locais e utilizar novas formas de organização social controladas democraticamente.

A falta de confiança, capacidade de organização social e participação dos membros na comunidade constituída pode ser entendida como uma desvalorização cultural e sentimento de exclusão que se reflete num problema de auto-estima e confiança coletiva. “A desvalorização cultural pode ser um enfraquecimento a identidade, que pode ser um reflexo de baixa auto-estima” (KLIKSBURG, 2001, p.141). O capital social, além de ser uma forma de elevar a auto-estima do grupo, pode ser uma forma das pessoas agirem de forma coletiva, se auto-ajudando.

Não se julga aqui as capacidades das pessoas do Assentamento Aroeira de se organizarem, de cooperarem e de confiarem. Ressaltam-se as condições que não proporcionaram uma melhor organização, para estas pessoas de condições econômicas desfavorecidas e sem formação voltada para lidar com essa nova realidade que lhes foi apresentada de forma inesperada. Como revela a expressão de um dos moradores depois, de passar por todos os processos de aquisição da terra e a falta de apoio quando diz: “nós sofremos pra cachorro” e “o povo nos abandonou aqui”.

A grande maioria, 63%, já morou por vários anos, em acampamentos de sem-terra (Gráfico 9), vivendo relações de conflito de luta, competição, gerando um desgaste emocional, mental e físico, sem contar a desconstrução de valores e a falta de apoio, o sentimento de exclusão por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela desapropriação das terras. Portanto, é importante para resgatar a auto-estima e a valorização cultural fortalecer os espaços culturais como uma das alternativas mais viáveis para que as pessoas possam se expressar e valorizar a sua cultura. É uma forma de se fortalecer a identidade cultural local.

“A cultura poder ser um instrumento formidável de progresso econômico e social. Contudo, ali não se esgota sua identidade. Não é um meio instrumento. O desenvolvimento cultural é um fim em si mesmo das sociedades. Avançar neste campo significa enriquecer espiritualmente e historicamente uma sociedade e seus indivíduos” (KLIKSBURG, 2001, p.140).

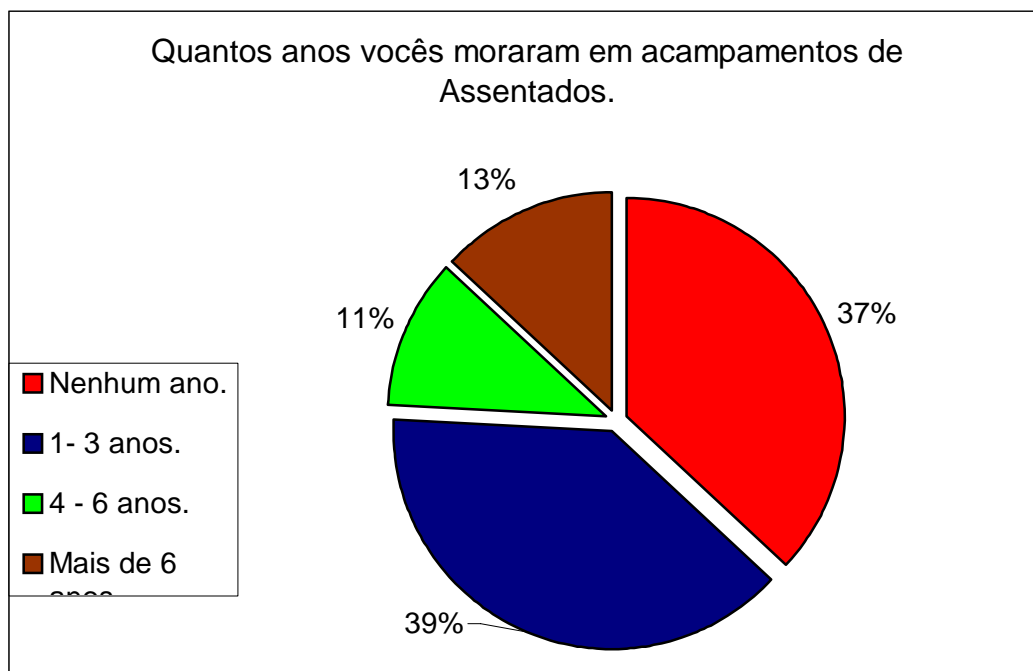


Gráfico 9: Total de anos que os moradores viveram em acampamentos

Tendo como uma das características do Desenvolvimento Local a valorização humana é preciso levar em consideração os fundamentos culturais, as tradições, hábitos e costumes das pessoas na construção ou criação de assentamentos rurais, pois esses valores estão implícitos nas atividades econômicas e sócio-culturais, no comportamento e no estilo de vida das pessoas. É o que verificamos com os moradores do Assentamento Aroeira, no sentido de buscar valorizar a prática cotidiana em que o local de convivência se transforme num

“território de identidade de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas (...). Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concreta” (GUAJARDO, 19988, apud ÁVILA, 2001, p. 26).

Portanto, o território é, também, uma constituição social, pelo fato de possuir atributos naturais e culturais. Por isso, representa “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (FUKUYAMA, 2000, p.6). No aspecto individual, o território já está sendo construído. No sentido coletivo, ainda, precisa ser construído de forma mais coesa, já que este só é constituído através de suas relações sociais, isto é, no compartilhar e no convívio social.

A terra ou o sítio ganha significado de território para cada um dos moradores que ali moram, por ser denominado como um espaço determinado e uma área específica, que cria materialidade ao dizer “aqui é o meu lugar que eu vou viver o resto da minha vida”, isso demonstra que o território é definido como um espaço autônomo de legitimidade e devidamente demarcado e que o morador demanda poder sobre ele. Souza (1995) define como território o lugar concreto, apropriado e que pode ser gerador de raízes e identidade.

A identidade é dada a partir das interações sociais, “da capacidade dos indivíduos das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir” (SWEDBERG, 1994 apud ABRAMOVAY, 2000, p.6-7).

A identidade sócio-cultural é constituída pelas relações sociais entre os membros de um mesmo grupo e caracterizada por processos de auto-reconhecimento e diferenciação. Os moradores que dizem gostar de morar no Assentamento Aroeira, 94% significa que já criaram uma certa identidade cultural com o meio físico, a natureza e com o patrimônio particular que construíram. O apego ao lugar de sua moradia e tudo o que contém, adquire um significado de amor e de identificação. O lugar passa a fazer parte da sua vida como se fosse uma extensão do seu comportamento e da sua personalidade. Tuan reforça essa idéia da seguinte forma: “Os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimativa.” (TUAN, 1980, p. 114).

No sentido coletivo, a identidade sócio-cultural precisa ser construída, uma vez que, esta se constitui a partir das relações sociais de membros de um mesmo grupo social. São essas relações que criam nas pessoas o sentimento de pertencimento a um grupo. Portanto, quanto maior for o compartilhamento das percepções comuns de uma dada realidade maior será a interação entre si. A identidade cultural passa por uma construção de valores, hábitos, costumes e atitudes que caracterizam um grupo de pessoas ou comunidade.

Quando existe a ausência de confiança, cooperação e solidariedade passam a se entender que a identidade sócio-cultural de uma coletividade precisa ainda ser construída. Isso

demonstra que os 6% dos que não gostam de morar no Assentamento Aroeira, não estão identificados com a realidade local. “A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujo são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)” (CUCHE, 1999, p. 177).

Se o capital social é identificado pela confiança, participação e solidariedade, entendemos que o mesmo precisa ser melhorado, portanto é preciso descobrir mecanismos ou meios que possam criar uma identidade sócio-cultural, pois segundo Martins (2002, p. 2) “a força do lugar reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum”.

A identidade cultural e a construção do espaço territorial passam a ganhar maiores significados para as pessoas do Assentamento Aroeira, a partir do momento em que se intensifica o viver e o compartilhar da vida em comum para poder superar o comportamento individualizado e a falta de confiança.

Antes de querer promover o desenvolvimento econômico é preciso criar ou construir valores sociais que propiciem o fortalecimento do capital social e da identidade cultural local, no objetivo de dinamizar a atividade econômica, com base na pecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das relações de uma comunidade estão baseadas na confiança, interação, compreensão e partilha, em que prevalece o sentimento de grupo, pode-se entender que o Assentamento Aroeira não apresenta as características básicas que compõem a referida comunidade, já que existe a predominância de um comportamento individual. A grande maioria das pessoas pertencentes ao Assentamento não tiveram uma formação cultural ou não conseguem entender que viver em comunidade exige uma relação dialógica e de reciprocidade.

Essa realidade evidenciou-se durante as entrevistas e preenchimento dos formulários, identificando-se a carência de uma experiência comunitária. Os relacionamentos acontecem de forma autônoma e independente, ausentes de qualquer compromisso mais sério de convívio social, por meio de serviços temporários ou de emprego, sendo a relação patrão-empregado uma das características principais.

Os objetivos do Desenvolvimento Local é melhorar a qualidade de vida de uma comunidade por meio da dinamização dos processos de produção e compartilhamento, levando em consideração a identidade cultural que está fundamentada nas tradições e valores. Ficou evidente na pesquisa na necessidade de estimular os moradores do Assentamento Aroeira uma formação voltada as prática e ações em conjunto, por meio de encontros, palestras e acompanhamentos, no sentido de propiciar as pessoas a entender e compreender a importância da união, da confiança, solidariedade e a cooperação entre eles. É fundamental que essa formação comunitária seja incluída no início do processo de organização dos assentamentos, assim como acontece com o apoio dado pelos assistentes técnicos que são disponibilizados para orientar os assentados no início da sua estruturação econômica.

Ficou evidente nos relacionamentos detectados na pesquisa que os moradores não confiam de algum modo em seus vizinhos ou demais membros da comunidade, isso significa uma

dificuldade das pessoas de viverem em grupo, estabelecer redes de reciprocidade e de confiança entre si. Isto leva aos desgastes nos relacionamentos comunitários observados no Assentamento Aroeira e até abandono da própria terra, por não conseguir estabelecer um relacionamento confiável, de solidariedade e cooperação sentem-se isolados, solitários e abandonados. A terra que era um sonho, acaba sendo uma decepção, somando-se a isso as dificuldades financeiras.

É importante lembrar, que a formação educacional dos Assentados, em sua grande maioria não ultrapassa os 4 anos de estudos. Isso revela a dificuldade de entender e compreender certos sistemas de organização, comunicação e econômicos mais complexos. Devemos definir a educação como importantes para estabelecer relacionamentos que envolvem capital social nas sociedades contemporâneas e que pode ser considerado como um bem público, pois assume a função de introduzir hábitos, atitudes, costumes, técnicas e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma comunidade, levando as pessoas a desenvolver um juízo crítico sobre a realidade tornando-se mais criativas para resolver os problemas que os envolvem o seu entorno.

A cultura e a identidade precedem a qualquer desenvolvimento econômico, pois considerá-los essenciais, valoriza a construção e o estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade local. Se a cultura abre as portas do potencial de uma comunidade, a educação é a ferramenta que pode guiar o desenvolvimento desse potencial. Quando a comunidade reconhece o seu potencial de recursos, se torna um dos requisitos básicos para o desenvolvimento endógeno.

Levar em consideração as concepções, os estilos de vida, os sistemas de valores, seu modo de organização permite criar condições mais adequadas para o desenvolvimento econômico e uma melhor qualidade de vida. Esse processo de desenvolvimento passa, necessariamente, pela educação, pois ela amplia os horizontes do indivíduo e cria a consciência das possibilidades que oferece um maior conhecimento do mundo que o rodeia.

A grande maioria nunca havia estabelecido alguma relação com os sistemas de créditos bancários, como também nunca tiveram um convívio social mais intenso em comunidade. Por isso, estes assentados sentem dificuldades em aceitar as lideranças locais por

não se identificarem com as mesmas, uma vez que, o Assentamento Aroeira é caracterizado pela diversidade cultural, em que temos pessoas vindas de vários lugares da região. Aceitar idéias e concepções de diversas naturezas depende da identidade cultural que as pessoas estabelecem com os seus líderes comunitários. Por outro lado, pode ser ponto de conflito e a dificuldade de se estabelecer um senso comum em torno de objetivos comuns que possam trazer algum benefício a todos. Dessa realidade concreta é de fundamental importância levar em consideração os valores culturais, hábitos, costumes dessas pessoas, não sobrepondo um conhecimento ou uma realidade que não faz parte do cotidiano da vida deles.

Destaca-se que cada grupo de assentados possui suas particularidades próprias de organização, assim como elementos culturais de acordo com cada pessoa, pois os mesmos mudam de acordo com o tempo e o espaço. **A importância da cultura como elemento básico para a construção de uma identidade própria, se torna fundamental para que as pessoas possam compreender e estabelecer relacionamentos equilibrados, sendo uma base de sustentação para o desenvolvimento econômico**¹. A identidade cultural é construída por meio da vivência social, num diálogo com os outros.

Para que o Desenvolvimento Local se torne uma prática efetiva no Assentamento Aroeira, implica antes de tudo uma organização comunitária, para tanto é necessário criar as condições apropriadas para esse fim. Sendo a religião uma das grandes fontes da ação moral, mas como se registra a inexistência das práticas religiosas pelos moradores. A educação, deve ser entendida como pressuposto básico para que a relações humanas possam se estabelecer de forma respeitosa e harmonicamente e a formação comunitária passa a ser um dos pressupostos básicos para que o Desenvolvimento Local aconteça efetivamente, por meio da participação ativa dos moradores, através de ações concretas como ferramenta básica para introduzir novos hábitos, valores, atitudes, costumes e usos econômicos, gerando a confiança necessária para se estabelecer às bases de uma nova identidade cultural criando relacionamentos de vínculos, compreensão e entendimento com outras realidades que se apresentam de forma mais dinâmica e complexa num mundo globalizado.

¹O destaque é do pesquisador.

Para melhorar os relacionamentos entre os moradores do Assentamento Aroeira é necessário uma política pública de ação, tanto quanto, do estado como do município no sentido de cooperar via responsabilidade social para gerar oportunidades para os moradores poderem tomar suas próprias iniciativas e assumir responsabilidades, objetivando o desenvolvimento local.

Cabe aos órgãos públicos junto, com os assentados elaborar projetos de desenvolvimento que ultrapassem a concepção economicista, política e assistencialista, mas que avance em ações possam desenvolver o ser humano em suas concepções culturais, fortalecendo os laços de confiança e cooperação entre a comunidade.

É preciso repensar as políticas públicas que envolvem os assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso do Sul, pois não é somente doar a terra para resolver os problemas sociais, mas sim, pensar em ações mais amplas que leve em consideração não somente os aspectos econômicos, mas, sobretudo os valores, as tradições, os hábitos, os costumes e a formação cultural dos assentados.

Deve-se pensar em um novo modelo de assentamento rural específico para as realidades locais que possam envolver as potencialidades locais valorizando a importância das relações humanas, baseadas na cultura e nas tradições das comunidades. Gerar desenvolvimento local de forma sustentável priorizando o bem estar social e comunitário baseado em valores como: confiança, honestidade, justiça e cooperação - **é proporcionar as pessoas uma vida de melhor qualidade.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. In: **Economia Aplicada**. nº 2, vol. IV: 379-397, abril/junho, 2000.
- ARAKAKI, Andréa Haruko. *Potencialidades do Cumbaru para o desenvolvimento rural em fragmentos do cerrado no assentamento Andalucia/MS*. Campo Grande: UCDB, 2004.
- ÁVILA, Vicente Fídeles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*. Brasília: Plano, 2003.
- ÁVILA, Vicente Fídeles de.(Org.) *Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos*. Campo Grande: 2ª ed. UCDB, 2001
- BAQUERO, Marcelo. *Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação da política participativa no Brasil*. In: **Revista de Sociología e Política**, nº 21: 83-108 Nov. 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BITENCOURT, Fernando Gonçalves. *Escala técnica Federal de Santa Catarina: espaço geográfico espaço social*. Florianópolis: Jun. UDESC, Jun. p. 53-68, 2000.
- BOURDIEU, P. *O capital social — notas provisórias*. In: NOQUEIRA, M. A. e CATANI, A. *Escritos de educação*. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BUBER, Martin. *Sobre Comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, Vol. II.
- CASTRO, Iná de. et alli (org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. In. *Interações* Vol. 3 N.4, p. 35-42, Mar.2002
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) *Panorama social de América Latina*. Capítulo I. Pobreza y distribución del ingreso. Págs. 26-34 (Lectura Nº 12), 2002.
- CHARON, M. Joel. *Sociologia*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CLAXTON, Mervyn. *Cultura y Desarrollo*. Estúdio Paris: UNESCO, 1994.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Cláudio Santiago J. *Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2001.

DURHAM, Eunice R; SADER, Eder. *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. 3ª ed São Paulo: Paz e terra, 1997.

FETRAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS). in: <http://www.fetagrims.org.br>. Acesso 15/10/06.

FUKUYAMA, Francis. *A Grande Ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODARD, O. et al. *Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de analisis para el desarrollo local*. In. **Estudios Territoriales**. Madri, nº 24, 1987.

HERMET, Guy. *Cultura e Desenvolvimento*. São Paulo: Vozes, 1999.

INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.3, N.4, p.35-42, Mar.2002.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) in: **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil** - Barros, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane – 2001.

KASHIMOTO, Emília M.; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. *Cultura, identidade local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. In. **Interações**. Vol. Nº4, p. 35-42.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Local*. São Paulo: Cortez, 2001.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LE BOURLEGAT, Cleonice. *Ordem Local como força interna de desenvolvimento*. In: **Interações**. Vol. 1 Nº 1, Set. 2000.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

- LOPEZ, Tereza. *Servicio Social y Desarrollo Local*. In: Colegio de Asistentes Sociales, Chile, 1991.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kaspes. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.
- MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. Ed. 4ª. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARQUES, Heitor Romero (Org.); MARTINS, José Carpio. *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: Reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001.
- MARQUES, Heitor Romero; MARTINS, José Carpio (org.). *Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- MARTIN, José Carpio. *Perspectivas de desarrollo local*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento Local e o papel das pequenas e médias empresas*. Baueri: Manole, 2004.
- MARTINS, Gabriela Islã Villar. *Teoria de Jogos. Aplicação do estudo do desenvolvimento local*. Campo Grande: UCDB, 1998.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento Local. Questões conceituais e metodológicas*. In: **Interações**: Vol. 3, nº 5 p. 51-59, set. 2002.
- MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. *Desarrollo a escala humana. Una opcion para el futuro*. In: **Development Dialogue**. Numero especial, CEPUR, Uppsala, Suecia, 1986.
- NISBET, Robert. *Sociologia e Sociedade*. Ed. 13ª. São Paulo: LTC, 1977.
- PIRES, Marco Aurélio Perroni. *Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porá e as perspectivas de desenvolvimento local*. Campo Grande: UCDB, 2002
- PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
<http://www.pronaf.gov.br/> Acesso: 15/10/06.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

- REIS, Aparecido Francisco. *Campo Grande: a formação da Sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural*. In: **Interações**. Vol. N.4, p.41-49, Mar. 2002.
- RIBEIRO, José Leonel. *Condições socioeconômicas e desenvolvimento local no assentamento Paraíso em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- RIVERO- IWASITA, Alicia. *Asentamientos Humanos e Desenvolvimento Local*. In. **Interações**: Vol. 1, nº 2, p. 37-42, mar. 2001.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil — Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Carlos. *Território e Territorialidade*. **Caderno de Criação**. Ano VII nº. 21, março – Porto Velho, 2000, p. 127 –140.
- SANTOS, Milton (Coord.). *O Mapa do Mundo – fim de século e globalização*. 2ª Ed. São Paulo:Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; ADELIA, Maria (org.). *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (org.)*Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: Sobre o Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. In: **Geografia: Conceitos e Temas**.Iná Elias de Castro. São Paulo: Bertrand, 1995.
- TOLSTOI, Leon. In. **Interações** vol. 3 nº 4 p. 35, mar. 2002.
- TÖNNIES, Ferninand. *Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais*. In. Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, Edusp. 1973.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço Lugar*. Rio de Janeiro: Difel, 1983.
- TUAN, Yu-Tu. *Topofilia*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- VALVA, Milena D. *Reflexões sobre espaço, lugar e paisagem*. Estudos V.28. n.1. p. 56-66, Jan. - fev., 2001.
- WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes. 1987.
- WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*.São Paulo: Centauro, 2002.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA E ENTREVISTA DO ASSENTAMENTO AROEIRA

1. Quantas pessoas moram na casa.

- ☐ 1 pessoa ☐ 3 Pessoas ☐ 5 Pessoas ☐ 7 Pessoas
☐ 2 Pessoas ☐ 4 Pessoas ☐ 6 Pessoas ☐ 9 Pessoas

2. De que lugar vocês vieram?

- ☐ Chapadão do Sul ☐ Costa Rica ☐ Outro Estado
☐ Cassilândia ☐ Outra cidade (MS)

3. Quanto tempo vocês moram no Assentamento Aroeira.

- ☐ Menos de 1 ano ☐ 1-2 anos. ☐ 3 – 4 anos.

4. Quantos anos vocês moraram em acampamentos de Assentados.

- ☐ Nenhum ano. ☐ 1- 3 anos. ☐ 4 - 6 anos. ☐ Mais de 6 anos.

5. Antes de vir morar no Assentamento Aroeira vocês trabalhavam em que lugar?

- ☐ Na zona rural (fazendas, sítios). ☐ Na zona urbana (cidade).

6. Você confia nas pessoas da comunidade.

- ☐ Muito ☐ Pouco ☐ Muito pouco ☐ Nenhum pouco

7. Você gosta de morar no Assentamento Aroeira.

- ☐ Sim. ☐ Não muito.

8. Vocês estudaram até que série.

☐ Nenhum Ano

☐ 3ª a 4ª

☐ 2º colegial.

☐ 1ª a 2ª

☐ 5ª a 8ª

9. As pessoas da comunidade participam das reuniões?

☐ Sim

☐ Não

☐ Mais ou menos

10. Você tem parentes morando no Assentamento?

☐ Sim

☐ Não